

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA: O DESEJO E ALGUNS OUTROS

**FLORIANÓPOLIS
2009**

EVANDRO FERNANDES ALVES

A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA: O DESEJO E ALGUNS OUTROS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Scotti

**FLORIANÓPOLIS
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

EVANDRO FERNANDES ALVES

A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA: O DESEJO E ALGUNS OUTROS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Sérgio Scotti
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof.^a Dr.^a Vanessa Nahas
Escola Brasileira de Psicanálise-SC

Prof. Dr. Carlos Augusto Monguilhott Remor
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza
Departamento de Psicologia, UFSC

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2009

Aos non-dupes que errent...
guiados pelo desejo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e familiares pela presença constante;

Ao meu orientador, o prof. Dr. Sérgio Scotti, por ter acolhido a minha demanda com ética e profissionalismo;

Aos membros da Banca, o Dr. Carlos Augusto Monguilhott Remor, a Dr.^a Vanessa Nahas e a Dr.^a Mériti de Souza (suplente), por terem aceito gentilmente o meu convite e pelas inestimáveis contribuições ao meu trabalho;

Aos companheiros de per-curso pelos momentos compartilhados.

Eu falei das formações do inconsciente, mas é preciso saber notar as coisas que eu não falo, pois eu jamais deixei sequer um traço: eu nunca falei da formação analítica. Eu falei de formações do inconsciente (Lacan, 1975, p. 186).

RESUMO

Quase um século após o início da institucionalização da psicanálise, a questão da formação analítica continua sendo fonte de importantes questionamentos entre os psicanalistas. Se nos primórdios, Sigmund Freud era responsável pela aceitação dos novos adeptos, autorizando-os a praticar a psicanálise, com o seu agigantamento o processo de institucionalização da formação tornou-se indispensável. A fundação da IPA, em 1910, representou uma tentativa de Freud de normatizar a formação e de autorizar os novos analistas a praticar a psicanálise. Buscando responder a essas atribuições que lhe foram confiadas pelo pai fundador, essa instituição não tardaria em endurecer as suas prescrições para a aceitação dos novos interessados em ocupar o lugar de analista. Prescrições essas que, por muitos anos, seriam adotadas e aceitas, sem questionamentos, pela comunidade psicanalítica. Porém, após a década de 60, Jacques Lacan se mostrará um crítico veemente do poder desta instituição e defenderá uma formação baseada nas descobertas freudianas do inconsciente e do desejo. Radicalizará sua posição ao afirmar que ninguém poderá dar garantias acerca formação de um psicanalista e, ao questionar-se sobre quem poderá autorizá-lo [o psicanalista] a exercer a psicanálise, afirmará que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*. Anos após, acrescentará a esse enunciado quatro palavras fundamentais: *e de alguns outros*. Neste enunciado, será colocada toda a problemática que envolve a questão da formação dos psicanalistas em Lacan, e é esse o eixo central que norteia a presente dissertação.

Palavras chaves: formação, desejo, alguns outros.

ABSTRACT

Almost a century after the settlement of psychoanalysis, the formation of psychoanalysts is still being a source of important matters among the analysts. If at the very beginning of the formation, Sigmund Freud was responsible for the approval of the new followers, letting them to practice psychoanalysis, with its great development, the establishment process became indispensable. The foundation of IPA, in 1910, represented an attempt of Freud to rule the formation and authorize new analysts. Tying to respond to these attributions that were given to him. Through the founder, this institution wouldn't delay to get harder to its prescriptions to accept new comers to work with psychoanalysis. Those prescriptions, would be for many years accepted without any questioning by the psychoanalytic community. Therefore, after the 60's, Jacques Lacan would became a severe critic of that institution and would support the formation based on Freud discoveries of unconscious and desire. Would make his ideas strong to assure that nobody could guaranty about the development of a psychoanalyst and to wonder who could authorize him/her to work with psychoanalysis, would state that only the psychoanalyst would authorize himself. After many years, would add to that title four other important words: and for some others. In this title would be placed all the problems that involve the formation of psychoanalysts, in Lacan, this is the main point of this work.

Key words: Formation, desire, some others.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
APRIORI.....	10
Capítulo 1: A Institucionalização da Formação do Psicanalista.....	13
1.1: Sigmund Freud e os primórdios da formação do analista.....	14
1.2: Jacques Lacan e a institucionalização da psicanálise na França.....	20
1.3 : 1964- A excomunhão e a fundação da Escola Freudiana de Paris.....	25
Capítulo 2: O psicanalista só se autoriza de si mesmo.....	30
2.1: Do sujeito do desejo ao desejo do analista.....	32
2.2: O autorizar-se de si mesmo e o passe.....	41
Capítulo 3: Les non-dupes errent.....	45
3.1: O Real e o inconsciente.....	48
3.2: A relação sexual não existe e o ser sexuado só se autoriza de si mesmo.....	53
Capítulo 4: Les noms du père errent.....	57
4.1: Assim como o ser sexuado, o psicanalista só se autoriza de si mesmo.....	60
4.2: Os erros dos nomes do pai na institucionalização da formação dos psicanalistas..	65
RESTO A CONCLUIR.....	70
REFERÊNCIAS.....	75

APRIORI

O que a história da psicanálise nos demonstra é que nos primórdios da psicanálise, era Freud quem mantinha o poder de reconhecer e nomear os novos analistas. Apesar de defender a análise pessoal como o princípio básico para a formação dos interessados em exercer a psicanálise, não se recusava em reconhecer como psicanalistas, aqueles que, mesmo sem terem passado por uma longa análise pessoal, mantinham-se ao seu redor e mostravam lealdade para com a causa psicanalítica.

Entretanto, com a expansão da psicanálise, a formação dos novos analistas passou a ser uma preocupação do próprio Freud. Foi com o objetivo de salvaguardar a sua descoberta e de tentar garantir o futuro da psicanálise que em 1910, o mestre e alguns de seus discípulos, se decidiram pela criação de uma instituição internacional: a *International Psychoanalytical Association*- IPA. Com a função de legislar sobre a formação dos analistas, por várias décadas, essa instituição reinaria soberana e absoluta na execução das suas atividades.

Porém, com a morte de Freud, sem a figura do pai fundador, surgiram aqueles que, denominando-se seus herdeiros, se puseram a sugerir acréscimos e adendos à obra psicanalítica. Diante destes acontecimentos, a IPA se obrigaria a endurecer cada vez mais as suas prescrições para tentar garantir a formação e a nomeação dos novos analistas.

Mas, com surgimento de Jacques Lacan na cena psicanalítica, a questão da formação dos analistas passaria por um verdadeiro reposicionamento. Defensor veemente de uma formação baseada na radicalidade da descoberta freudiana, do inconsciente e do desejo, Lacan não tardaria em dirigir duras críticas ao poder e à burocracia dessa instituição.

Em 1967, no ato de fundação da sua Escola, Lacan reivindicará o nome do mestre, dará a ela o estatuto de parisiense e a denominará de Escola Freudiana de Paris. No seu estatuto, buscará utilizar os meios democráticos e postulará a formação a partir dos construtos teóricos. Nesse estatuto, ele lançará uma das mais importantes proposições do seu ensino: *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*. Nela, Lacan dirá que o analista se autoriza pela lei do desejo e que não há a necessidade dos pares para essa autorização.

Entretanto, será no seminário de número 21 denominado *Les non-dupes errent* (inédito), que surpreenderá verdadeiramente ao reafirmar o princípio de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*, porém, não estará sozinho para isso. Acrescentará a esse enunciado quatro palavras fundamentais: *e de alguns outros*. Dirá Roudinesco (1998), que essa afirmação fará correr muita tinta, pois nela está colocada toda a problemática da questão da formação dos analistas.

Com o objetivo de tentar responder a questão *de quem autoriza o psicanalista* a exercer a psicanálise, realizaremos uma pesquisa bibliográfica, dos principais textos de Freud e Lacan que falam da técnica e da formação dos analistas. Interrogaremos, também, outros psicanalistas que tentam responder a estas interrogações.

No primeiro capítulo, nos dedicaremos ao histórico da institucionalização da formação dos analistas. Percorremos desde os primórdios da formação com Freud, até a institucionalização da psicanálise na França, a excomunhão de Lacan da Sociedade Francesa de Psicanálise que terá como resultado a fundação da Escola Freudiana de Paris. Esse percurso será importante, pois nos introduzirá na questão da formação dos psicanalistas.

No segundo capítulo, faremos a análise da proposição lacaniana de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*. Proposição sempre atual que afirma que o psicanalista se autoriza pelo seu desejo. Nele buscaremos articular a questão do desejo do analista, do fim da análise e do mecanismo do passe, com a formação dos analistas.

No terceiro capítulo, tomaremos o seminário número 24: *Les non-dupes errent* (os não tolos erram). Este seminário nos dará as bases teóricas necessárias para a compreensão do acréscimo trazido por Lacan do *e de alguns outros*, na questão da autorização do psicanalista.

No quarto capítulo, partiremos da questão dos erros dos nomes do pai, *Les noms du père errent*, a fim de analisarmos a maneira como as instituições psicanalíticas foram constituídas desde os seus primórdios, até a estruturação das instituições modernas. Concluiremos, articulando a proposição de que o psicanalista *só se autoriza de si mesmo...e de alguns outros*, com a questão da lógica e do Real, e suas implicações para a compreensão da questão da formação dos analistas.

Creemos que nosso trabalho será relevante, pois, segundo Coutinho Jorge (2006), a questão da formação do psicanalista mantém-se atual. Hoje se faz necessário o balanço das idéias introduzidas por Lacan, visto que disso dependerá a sobrevivência das escolas contemporâneas. Além disso, a busca de regulamentação da prática do psicanalista em vários países tem exigido o questionamento e o posicionamento de todos os analistas acerca da especificidade da sua técnica e da sua formação.

CAPÍTULO I

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS PSICANALISTAS

Nem eu nem meus amigos e colaboradores achamos agradável reclamar um monopólio desse modo no uso de uma técnica médica. Mas, em face dos perigos para os pacientes e para a causa da psicanálise inerentes à prática que se pode antever de uma psicanálise silvestre, não tivemos outra escolha. Na primavera de 1910, fundamos uma International Psycho-Analytical Association-(Associação Internacional de Psicanálise-IPA) (Freud, 1996 [1910], V. XI, p. 212).

1.1 Sigmund Freud e os Primórdios da Formação dos Analistas

Durante muitos anos, Sigmund Freud foi o único psicanalista. Como pioneiro, tinha uma maneira particular de operar as análises e tirava da sua experiência o singular domínio da transferência e das resistências. No seminário, livro I: *Os escritos técnicos de Freud* (1953), Lacan destacará a originalidade da experiência analítica em se tratando de Freud, visto que era a primeira vez que se dirigia uma análise.

Segundo Peter Gay (1923), nos primórdios, foram as histéricas que conduziram Freud na arte da psicanálise. Apesar de não ser paciente sua, mas de Breuer, Freud dá a Bertha Pappenheim (a qual ficaria imortalizada como Anna O.) o lugar de caso fundador da psicanálise. Frau Cecilie M., Freud a consideraria sua instrutora, Emmy Von N. seria aquela que o levaria a considerar a hipnose um procedimento inútil, abandonando-a em favor da associação livre. A Lucy R., coube conduzi-lo à descoberta do que mais tarde foi denominada de atenção flutuante. Assim, em 1892, Freud já havia esboçado as linhas gerais da técnica psicanalítica, ou seja, observação atenta, interpretação hábil, associação livre e elaboração.

Mas, será somente após esse longo período de trabalho solitário que Sigmund Freud passará a usufruir de certo reconhecimento. A psicanálise passará a ser citada em várias obras e utilizada como método oficial de tratamento na escola de psiquiatria de Zurique. Além disso, nesta época, se dará início ao processo de institucionalização da psicanálise.

No livro *História da Psicanálise na França* (1986), Roudinesco afirma que esse processo de institucionalização compreenderá quatro etapas distintas: de 1902 a 1906, com a fundação do *grupo das quartas-feiras*; de 1906 a 1912 com a expansão da doutrina freudiana no estrangeiro e fundação da IPA; de 1912 a 1927 com a operacionalização de um mecanismo administrativo de duplo poder e após 1927 com a implantação da psicanálise nos moldes que a conhecemos hoje. Em seguida, falaremos brevemente de cada uma dessas etapas.

Desde 1902, alguns dos discípulos de Freud passaram a reunir-se, às quartas feiras, com o mestre, a fim de discutir a psicanálise. O *grupo das quartas-feiras*, como ficou conhecido, era formado por Freud e mais quatro discípulos, sendo eles: Kahane, Reitler, Adler e Stekel. Suas atividades eram compostas pelo trabalho de comentários de

textos, análise dos casos clínicos, além da discussão dos problemas particulares dos membros do grupo. Em 1907, devido a uma série de conflitos internos, Freud anunciaria a dissolução do círculo privado e o transformaria na primeira associação de psicanálise, a *Association Vienense de Psicanálise*.

De 1906 a 1912, terá início uma expansão da doutrina freudiana no exterior, que irá ao encontro de uma importante profissionalização da prática e da técnica analítica. Segundo o relato do biógrafo oficial de Freud, Ernest Jones (1989), será com satisfação que o mestre perceberá, nesse período, essa expansão e a adesão à psicanálise de alguns “notáveis” como: Otto Rank, Karl Abraham, Sandor Ferenczi, Hanns Sachs, Max Eitingon, Ernest Jones, e daquele que viria a ser um dos seus principais colaboradores: Carl G. Jung. Nesta ação expansionista, Jung fundará a *Sociedade Freudiana de Zurich* (1907); Abraham a *Sociedade de Berlin* (1908); Brill, a *Sociedade psicanalítica de New York* (1911); Jones, a *Associação psicanalítica Americana* (1911); Ferenczi, a *Sociedade psicanalítica de Budapeste* (1913); Jones, a *Sociedade psicanalítica de Londres* (1913) e a *Associação inglesa de psicanálise* (1919). Será neste período, ainda, que ocorrerá a fundação da primeira associação internacional de psicanálise.

Jones relata (1989) que, por muitos anos, Freud vinha preocupando-se com o futuro da terapia psicanalítica. Com a intenção de reunir os analistas em uma associação, Freud encarregou Ferenczi de fazer as proposições necessárias à criação de da associação internacional.

Em Nuremberg, 30-31 de março de 1910, no 2º Congresso Internacional de Psicanálise, se concretizará a fundação da primeira instituição oficial: a *International Psychoanalytical Association* — IPA. A partir daí, a IPA passará a ser um organismo responsável por dirigir todas sociedades existentes e aquelas que viessem a existir.

Após as apresentações dos trabalhos de cunho científico, Ferenczi dirigiu-se à assembléia e fez a exposição acerca da futura organização e suas funções.

Depois de fazer a sensata proposta para a fundação de uma associação internacional, com filiais em vários países, Ferenczi continuou para afirmar a necessidade de que todos os artigos escritos ou os que se pronunciassem verbalmente e de autoria de um psicanalista deveriam ser primeiramente submetidos à aprovação do Presidente da Associação que assim enfeixaria poderes de censura (Jones apud Trilling e Marcus 1979, p. 417).

Estas proposições foram mal recebidas pela assembléia que o acusou de autoritarismo. Porém, antes do Congresso, Ferenczi havia dito a Freud que na

psicanálise deveria haver uma elite que se colocaria na linha dos *filósofos de Platão*. Freud dera o seu aval ao afirmar que já havia tido a mesma idéia.

Será o próprio Freud (1910) que justificará a criação da IPA em um artigo destinado à técnica, intitulado *Psicanálise Selvagem*. Dirá ele:

Nem eu nem meus amigos e colaboradores achamos agradável reclamar um monopólio desse modo no uso de uma técnica médica. Mas, em face dos perigos para os pacientes e para a causa da psicanálise inerentes à prática que se pode antever de uma psicanálise “silvestre”¹, não tivemos outra escolha. Na primavera de 1910, fundamos uma International Psycho-Analytical Association- (Associação Internacional de Psicanálise-IPA), a que seus membros declararam aderir, pela publicação de seus nomes, de maneira a serem capazes de repudiar a responsabilidade por aquilo que é feito pelos que não pertencem a nós e no entanto chamam a seu procedimento de ‘psicanálise’ (Freud, 1996 [1910], V. XI, p. 212).

Com a criação da IPA, Freud mostra, oficialmente, a intenção de distanciar-se das suas funções de direção de grupos de estudo e dos periódicos e de se afastar das questões institucionais dedicando-se à produção científica. Em carta endereçada a Ferenczi (1909), ele faz uma avaliação do 2º Congresso Internacional e comunica a sua decisão de transferir a direção dos trabalhos administrativos, permanecendo na cooperação científica. Escreve ele: *Cientificamente, tenho a intenção de cooperar até o meu último suspiro, mas poupar-me-ei de todo o trabalho de guiar e fiscalizar e assim posso usufruir o meu “otium cum dignitate”* (Freud apud Trilling e Marcus 1979, p. 420).

Porém, em 1912, após o rompimento de Freud com Jung, o mestre e alguns dos seus discípulos decidem criar um *comitê secreto* que teria o objetivo de vigiar o funcionamento da IPA e restabelecer a ortodoxia da doutrina psicanalítica frente aos desvios teóricos. Como em uma seita, Freud presenteou seus membros com um *intaille* grego da sua coleção particular e um anel de ouro que simbolizaria uma ligação indestrutível entre o mestre e seus discípulos. Segundo Jones (1998), sob o poder do mestre, por muitos anos esse grupo seletivo realizou a tarefa de censura à qual estava designada. Assim, de 1912 a 1927, a psicanálise assistirá à existência deste mecanismo de poder paralelo ao poder da IPA.

¹ É consenso entre os psicanalistas que a tradução para o português do termo “psicanálise silvestre” não está de acordo com as idéias de Freud. O termo mais fidedigno seria “psicanálise selvagem”.

E por fim, o último período da institucionalização da psicanálise, terá início com a dissolução do comitê em 1927. Segundo Roudinesco (1986), a dissolução do comitê foi decisiva, pois, colocará fim às regras dessa “elite” sobre os grupos.

Se nos primórdios, a formação analítica consistia na leitura das obras de Freud e na permuta das idéias com o mestre, onde era possível ser reconhecido como analista, por Freud, pelas contribuições teóricas ou pela prática da psicanálise, já que não haviam sido instituídas as regras oficiais para a formação, a queda do poder do comitê terá como consequência a profissionalização do *metier* de psicanalista. Esta data marcará o advento da psicanálise moderna com a formalização dos rituais de formação e sua burocracia.

Assim, como uma das primeiras regras oficiais da formação, será introduzida a análise didática como sua parte integrante. Será Stekel que ocupará um lugar simbólico nesse processo e ficará conhecido, na história do movimento, como o primeiro analisando de Freud que se tornará psicanalista. Sobre isso, diz Roudinesco (1986), que Freud, desde o início, sugere que os analistas deveriam submeter-se, eles próprios, a uma análise a fim de conhecer os pontos “cegos” no trabalho com seus analisandos. No Congresso de Budapeste em 1918, Herman Numberg expressou a idéia de que todo o analista deveria ser também analisado. Entretanto, será somente no congresso de Hombourg em 1925 que a análise chamada didática será instaurada como uma regra oficial para a formação dos analistas.

Após 1925, se admitirá na IPA, como regras para a formação didática, os tratamentos com duração de pelo menos quatro anos, com quatro ou cinco sessões semanais de pelo menos 50 minutos. Essas regras passaram a ser exigidas em todas as instituições regidas pela IPA.

Porém, em Jones (1989), percebemos que Freud e seus principais discípulos não faziam distinções entre as análises didáticas e as análises com objetivos terapêuticos. Na prática, o que diferenciaria as análises didáticas dos tratamentos pessoais, seria o rigor exigido do futuro analista em seguir as regras impostas pelos órgãos oficiais.

Em 1920 foi fundado, em Berlim, o primeiro instituto de formação. Este instituto foi responsável pela regulamentação e criação das regras para a formação dos analistas, regras a que todos os institutos deveriam submeter-se.

Junto ao instituto de Berlim foi fundada uma policlínica analítica, com o objetivo de dispensar tratamentos gratuitos, ou a preços simbólicos, visando o acesso

dos menos favorecidos aos benefícios da psicanálise. Aos analistas iniciantes, que terminavam suas análises didáticas, eram confiados esses pacientes para o início na prática clínica. *Esses alunos deveriam prestar contas de seus trabalhos aos analistas mais experientes. Nasceu, naturalmente, a análise sob supervisão* (Milot, 1976, p. 31). Além disso, na policlínica, eram organizadas atividades de ensino como cursos, lições e conferências. É o início do processo de estandarização da formação que triunfará na IPA, desde então.

Estará regulamentado, assim, o tripé da formação do psicanalista: *ensino teórico, análise pessoal e supervisão clínica*. Esse modelo de formação fora adotado por unanimidade pelos grupos internacionais. Ainda hoje, apesar das divergências teóricas entre as escolas, é visível a aceitação desse “tripé” da formação. E, após institucionalizadas, essas regras seriam adotadas, sem questionamentos, como condição indispensável para a formação dos futuros analistas.

Por um longo período de tempo, à exceção daqueles de Freud, Ferenczi e Sachs, haverá uma quase ausência de trabalhos teóricos acerca das análises didáticas e das supervisões. Foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que Michael Balint (1948) publicou, no *International Journal of Psychoanalyses*, um artigo que abria críticas e reflexões contra o sistema de formação estabelecido. No artigo, o autor fala dos problemas da formação analítica, questiona a quase inexistente publicação sobre o assunto e critica o dogmatismo, a duração das análises de formação e a direção dada às supervisões.

Nos anos 50, a implantação da doutrina freudiana estará concluída em quase todos os continentes. Após a morte de Freud, sem a força unificadora do pai fundador, muitos psicanalistas se lançam na disputa por um império que parecia aberto às inovações terapêuticas, sobretudo as decorrentes das promessas vindas do saber médico. Segundo Roudinesco (1986), com o objetivo de tentar garantir a permanência do seu império, a IPA tentará dividir o mundo em grandes reinos, onde os mais importantes serão a América do Norte e o continente Europeu.

Na América, o movimento psicanalítico radicalizará a sua oposição à atuação de não médicos na condução das análises. Ocorrerá uma integração da psicanálise à psiquiatria, onde a psicanálise será tratada como uma técnica que não poderá ser separada da medicina. Na melhor das hipóteses, a psicanálise será considerada uma medicina global, que integra corpo e alma, mas mesmo assim, uma especialidade da medicina. Será a partir desta lógica e com a criação da American Psychoanalytic

Association –APA- que serão definidas as regras para a formação dos analistas no solo americano. Regras, essas, que foram imediatamente acatadas e validadas pela IPA.

Já no Continente Europeu, a IPA definirá e fiscalizará o sistema de formação das instituições européias. Somente as sociedades filiadas a ela, e seguidoras das suas regras de formação, estariam autorizadas a habilitar terapeutas para a prática clínica, ou seja, formar os analistas. Porém, com o passar do tempo, a regulamentação da formação do psicanalista exigiu o aumento das prescrições que se tornaram cada vez mais detalhadas. Foram determinadas, por exemplo, o número de sessões, o ritmo e duração das análises didáticas e as regras de seleção dos candidatos, tornando o sistema cada vez mais rígido.

Porém, a história demonstrará que a divisão imposta pela IPA não se concretizará efetivamente. Devido às diversas tendências teóricas, a divisão se dará em torno de três grandes potências: a América do Norte, sob a influência da “*egopsychologie*”; a Inglaterra, onde conviverão pacificamente várias correntes distintas e a França com o surgimento do lacanismo, onde se delineará uma nova proposta para a formação psicanalítica.

1.2 Jacques Lacan e a Institucionalização da Psicanálise na França

Em 4 de novembro de 1926, se efetivará a fundação da primeira instituição oficial de psicanálise da França: a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Segundo Roudinesco (1986), por ocasião da sua fundação, a SPP contará com nove membros: A. Hesnard, R. Laforgue, M. Bonaparte, E. Sokolnicka, A. Allendy, G. Parcheminey, A. Borel, R. Loewenstein e E. Pichon. Em seguida, se juntaram ao grupo: C. Odier, R. Saussure e H. Codet. Está formado assim, o grupo dos doze, como ficaria conhecido, e que seria o responsável por inserir a psicanálise na França.

Dentro do grupo dos doze, alguns dos membros ocuparão um lugar de destaque no seio do movimento psicanalítico. A. Hesnard será conhecido como o primeiro dos pioneiros e ocupará a função de direção das ações da psicanálise no solo Francês; E. Sokolnicka, será descrita por Pichon como uma psicanalista que viveu bem as revoluções doutrinárias no interior do movimento; R. Laforgue, pela sua posição como bilíngüe, se dedicará às traduções e publicações dos princípios clínicos da psicanálise; E. Pichon, ficaria reconhecido pela sua posição radical contra a análise leiga, pela luta contra a direção internacional do movimento e pela defesa da criação de uma psicanálise francesa. Entretanto, dois desses nomes merecem uma análise mais detalhada devido ao lugar simbólico que exerceram frente ao movimento: R. Loewenstein e M. Bonaparte.

R. Loewenstein, pela sua ortodoxia à técnica freudiana, ficaria reconhecido como um dos analistas didatas mais importantes da SPP. Formado em medicina, se mostrará um grande opositor da análise leiga, ou seja, conduzida pelos não médicos. Analisado por H. Sachs fez sua formação psicanalítica em Berlin e, após, instalou-se em Paris. Loewenstein se ocupará das análises didáticas e da formação da maioria dos futuros analistas da SPP — entre eles Jacques Lacan. Roudinesco (1986), dirá, sobre Loewenstein, que “*Ses qualités techniques sont incomparables, son orthodoxie sans limites, et sa rigueur d’écoute est admirée*”². (p.352). Na grande guerra, quando da ocupação de Paris pelos nazistas, Loewenstein migrará pela última vez. Se instalará nos Estados Unidos e será o precursor de uma nova doutrina que ficará conhecida como a “*egopsychologie*”.

² Suas qualidades técnicas são incomparáveis, sua ortodoxia sem limites, e seu rigor na escuta é admirável.

Por sua vez, M. Bonaparte, que fora analisada pelo próprio Freud, se tornaria uma das mais importantes representantes da ortodoxia freudiana. Por não ter formação médica, será uma grande defensora da análise leiga e travará várias batalhas pelo seu reconhecimento. Segundo Roudinesco (1986), será graças à M. Bonaparte que a França fará justiça à psicanálise. Ela colocará sua fortuna e prestígio a serviço da causa freudiana.

Em 1934, M. Bonaparte financiará a fundação de um instituto de psicanálise que terá como objetivo difundir o ensinamento freudiano no seio da SPP. Esse instituto rapidamente receberia o apoio de Freud e o reconhecimento da IPA. Em 1935, com a sua eleição como vice-presidente da associação, levantará o combate pela aceitação de não médicos na psicanálise francesa. Com a adesão de nomes importantes, e do próprio Freud, ela conseguirá garantir, aos não médicos, a aceitação na sociedade e o direito de conduzir tratamentos psicanalíticos.

A posição ocupada por M. Bonaparte, assim como por alguns membros da primeira geração dos analistas da Sociedade Psicanalítica de Paris, refletirá uma filiação imaginária com o mestre. Muitos desses pioneiros haviam sido analisados pelo próprio Freud que os nomeou analistas. Essa autorização os colocará numa posição, mesmo que imaginária, de privilégio frente aos demais. Assim, M. Bonaparte, se sentirá a herdeira direta do próprio Freud. Se portará como a guardiã das regras da IPA e será a protagonista de algumas disputas com Lacan dentro da instituição.

Jacques Lacan, juntamente com Dolto, Lagache e Nacht, pertencerá à segunda geração de psicanalistas da SPP. Nascido de uma família da média burguesia, fará estudos de medicina e apresentará sua tese de doutorado em psiquiatria em 1932. *Da Psicose Paranóica em suas relações com a Personalidade*, será dedicada à psicose de Marie-Thérèse, a qual ficaria conhecida com o nome de Aimée. Aceita pela sua originalidade, a tese de Lacan será bem recebida pelo meio científico e buscará realizar uma síntese entre três domínios do saber: a psiquiatria a psicanálise e o surrealismo. A tese será um marco importante, pois, representará a transição de Lacan da psiquiatria para a psicanálise.

Desejoso em travar relações com Freud, Lacan lhe enviará sua tese de medicina a qual o mestre retribuirá, friamente, com um cartão portando simplesmente: *grato pelo envio da sua tese* (Freud apud Roudinesco, 1986, pg 151).

Após esse primeiro momento, Lacan não voltaria a manter contato com Freud e em 1938, quando M. Bonaparte recebe-o, por ocasião da sua partida a Londres, Lacan

não estará presente. Durante seu percurso teórico, Lacan buscará uma identificação mais com os textos freudianos do que com a própria pessoa do mestre. *É na obra escrita do vienense que ele descobre as ferramentas necessárias à elaboração da sua própria doutrina. Assim se estabelecesse um novo vínculo transferencial entre um texto e um leitor, longe de uma relação carnal ou didática* (Roudinesco, 1986, pg. 152). Será deste lugar que Lacan conduzirá seus seminários de comentários dos textos freudianos.

Em 1932, Lacan ingressará na SPP na condição de membro aderente. Iniciará sua análise didática com Loewenstein, onde permanecerá por seis anos. Loewenstein, como didata rigoroso, tentará submetê-lo às regras da formação em vigor na IPA: *tato, interpretação das resistências, número obrigatório de sessões, duração obrigatória dessas mesmas sessões, proibição de misturar a reflexão teórica com a relação transferencial, tentativa de reduzir o narcisismo ou de esvaziar a megalomania – em suma, todas as coisas que caracterizam a técnica ortodoxa do tratamento* (Roudinesco, 1986, pg.136). Porém, Lacan considerará a experiência da sua análise como um verdadeiro fracasso.

Dentro da instituição, num primeiro momento, o jovem Lacan se curvará às regras da formação didática, por saber que seu acesso à clínica teria obrigatoriamente que passar pela aceitação a essas regras. Em troca da sua efetivação na SPP, mesmo com a opinião contrária de Loewenstein, Lacan se comprometerá em continuar sua análise após a sua efetivação como titular. Sua nomeação se dará em 1938, mas, ele jamais retomará sua análise.

Como membro titular, Lacan passará a dirigir as análises didáticas e mudará o tom da sua fala. Dará início aos questionamentos acerca da necessidade de reorganizar a formação do psicanalista em conformidade com os princípios da descoberta freudiana. Voltar-se-á para a verdade do inconsciente e ocupará uma posição de comando dentro da SPP. *Assim, Lacan é o primeiro mestre da segunda geração a dotar o movimento francês de uma “política da psicanálise” articulada com uma teoria da formação* (Roudinesco, 1986, pg. 245).

Apoiando-se nessas idéias, Lacan desprezará as regras padronizadas e iniciará a prática de interromper a fala dos seus analisandos mesmo antes dos 50 minutos. Se defenderá das críticas, a ele endereçadas, afirmando que nas sessões com tempo variável, *trata-se de dialetizar a relação transferencial, interrompendo a sessão em certas palavras significativas, de maneira a provocar a eclosão do desejo inconsciente.* (Roudinesco, 1985, pg. 250). Porém, em 1951, a comissão de ensino da SPP exigirá de

Lacan a regularização na condução das análises em conformidade com as regras da IPA. Mesmo comprometendo-se em segui-las, Lacan não cederia às pressões, o que levaria M. Bonaparte e S. Nacht a radicalizar sua oposição a ele. Diante dos fatos a comissão rejeita todos os candidatos analisados por Lacan e acusam-no de instigar seus alunos contra as autoridades da sociedade. Está instalada a discórdia no seio da SPP.

Descontentes com a ordem das coisas, e tomando o partido de Lacan, em 16 de julho de 1953, Lagache, Favez-Boutonier, Dolto e o próprio Lacan demitem-se das funções administrativas, anunciam sua ruptura com a Sociedade Parisiense de Psicanálise (SPP) e fundam a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).

Em julho de 1953, nas dependências do anfiteatro do hospital “Saint Anne”, e na condição de primeiro presidente da instituição, Jacques Lacan abre a reunião inaugural da nova sociedade. Por dez anos, será o responsável pela formação dos novos analistas. Terá ao seu lado nomes importantes como D. Anzieu, J.-B. Pontalis, J. Laplanche, S. Leclaire, F. Perrier e W. Granoff. Ao seu modo, conduzirá as análises didáticas, realizará supervisões e oficializará uma modalidade de transmissão que consistirá na discussão dos textos Freudianos, os quais definirá como um retorno a Freud. Nestes *seminários* Lacan buscará denunciar o que, a seu ver, são desvios cometidos quanto à condução da técnica da psicanálise.

Porém, por conta de um lapso significativo, quando do momento da cisão os dissidentes da SPP e fundadores da SFP não se apercebem de um detalhe fundamental: ao abandonarem a antiga sociedade, estariam, automaticamente, se desfiliando da IPA. Segundo o regulamento da Instituição Internacional, a cada novo grupo formado, o mesmo deveria submeter-se a um novo processo de filiação. Após uma minuciosa avaliação caberia a uma comissão dar seu parecer pela aceitação ou recusa do novo grupo no interior do movimento psicanalítico.

Apesar das críticas endereçadas a IPA, acusada de burocrata e autoritária, o novo grupo é sabedor de que o não reconhecimento, ou a não pertença ao império da IPA, não é algo banal. O não reconhecimento terá como consequência o isolamento do grupo e a diminuição do prestígio dos analistas a ele pertencentes, bem como, o não reconhecimento dos futuros analistas formados pela nova instituição.

Impulsionados pelo próprio Lacan, que se mostra desejoso pela filiação, Leclaire, Granoff e Perrier, se lançam na negociação pelo reconhecimento da SFP. Em 1953, após negado o primeiro pedido de filiação, o caso será encaminhado a um comitê consultivo que terá a função de presidir o inquérito. Após alguns anos de investigação, a

comissão manterá o parecer desfavorável à filiação e colocará como imposição a obrigação dos dissidentes, principalmente de Lacan, de rever suas práticas e de submeterem-se às regras de formação existente na IPA.

Em 1959, um novo pedido de filiação será remetido a IPA e S. Leclaire se dedicará pessoalmente no processo de negociação. *Transmite-se às autoridades responsáveis um relatório onde estão consignadas as atividades científicas da SFP. Esta se organiza com base no modelo da SPP* (Roudinesco, 1986, pg. 343).

No mesmo ano, no congresso de Copenhague, será decidido pela criação de um novo comitê a fim de examinar o novo pedido. Segundo Roudinesco (1986), a comissão indagará cada um dos analistas formados por Lacan, bem como F. Dolto e o próprio Lacan. Enquanto Dolto defende sua prática com crianças, Lacan tentará justificar teoricamente suas sessões de duração variável. A comissão se aperceberá de que a grande maioria dos membros da SFP desaprova a prática de Lacan, apesar de tentarem manter seu ensino. O comitê se mostrará radical e colocará como condição para a filiação, o afastamento de Lacan das funções de analista didata, bem como, a não aceitação dos seus seminários na formação do psicanalista.

Essas exigências terão como resultado a divisão da SFP em dois grupos: o majoritário que defenderá as imposições da IPA e o minoritário que lutará para preservar Lacan e seu ensino. Por sua vez, Lacan se mostrará deprimido e traído frente à comissão e a seus colegas. Percebe-se de que a derrocada se aproxima. Poderia ele, ter optado por abrir mão das análises didáticas e manter-se com seu ensino, porém, optará pelo rompimento. Em 20 de novembro de 1963, no anfiteatro do Hospital Sainte-Anne, Lacan fará sua conferência de ruptura com a instituição que ajudara a fundar. Com o título: *Os nomes do pai*, Lacan romperá simbolicamente com a SFP.

Em suma, *toda a história política da SFP se resume numa questão de negociação com a IPA* (Roudinesco, 1986, pg. 300). Essa negociação terá como saldo a inserção da SFP, sob o novo nome de Associação Psicanalítica da França, ao seio da IPA, porém, em troca tivera que excluir Lacan.

1.3 1964-A Excomunhão e a Fundação da Escola Freudiana de Paris

Jacques-Alain Miller, em seminário proferido em Paris, e publicado no livro *Para Ler o Seminário 11 de Lacan*, com o título *Contexto e Conceitos* (1997), descreverá os acontecimentos vividos por Lacan em 1964. Segundo ele, o seminário: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), representa um corte entre os dez seminários proferidos anteriormente e este. Essa mudança não diz respeito somente ao local e sua audiência, mas sim, a uma mudança de posição que culminaria com as mais importantes proposições de Lacan acerca da formação do psicanalista.

Neste texto, Jacques-Alain Miller relata seu primeiro encontro com Lacan. Ele se dará no dia 15 de janeiro de 1964, no auditório da *École Normale*, por ocasião da abertura do seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Para Miller, este é o seminário de alguém que estava começando de novo. Durante dez anos, Lacan conduziu seus seminários no anfiteatro do Hospital *Sainte-Anne*. Neste ano de 64, por conta de seu rompimento com a SFP, Lacan se verá obrigado a transferir seus seminários para o anfiteatro da *École Normale*. Essa mudança se mostrará significativa, pois, devido ao fato de suas portas darem diretamente para a rua, o salão de conferências da *École Normale* se manterá aberto à qualquer pessoa que desejasse entrar e escutar as palavras de Lacan. Nos seminários proferidos no Hospital *Sainte-Anne*, não havia essa possibilidade, pois, a entrada era permitida apenas a um pequeno e seletivo grupo de pessoas.

Da mesma forma, a mudança de audiência também se mostrará importante neste recomeço. Nos seminários anteriores Lacan se dirigia quase que exclusivamente aos clínicos ou aos analistas em formação. Neste seminário, ele se dirigirá a um público geral. Não apenas os clínicos, mas estudantes, professores e demais profissionais das áreas humanas poderiam ouvi-lo.

Segundo Miller (1997), no momento da abertura do seminário, Lacan mostrou-se aguerrido, pois, havia passado pela grande crise no seio da SFP. Logo de início, questionou-se acerca da sua competência para conduzir os seminários. Lançou em seguida a questão: *em que estou autorizado?* (Lacan, 1964, pg. 9). Responderá em seguida que, devido ao fato de haver conduzido os seminários dos textos freudianos por dez anos, este questionamento não estaria em jogo. Seguramente, o que o levou a

sustentar essa posição foi a decisão do comitê da IPA que, após analisar o pedido de filiação da SFP, não se opôs em manter Lacan proferindo os seminários, desde que eles não fossem validados na formação dos analistas. Assim, ele tinha razão, não era seu ensino que estava em jogo e sim as questões políticas que envolviam a sua prática de formação dos analistas.

Ainda neste seminário, Lacan, ao retomar a análise das questões políticas que envolvem as instituições psicanalíticas, irá compará-las às religiões. Na verdade, ao fazer essas afirmações, ele questiona se os conceitos de Freud devem permanecer como dogmas, fielmente guardados pela IPA, ou se deveriam ser abertos à revisão, à luz dos conceitos fundamentais da psicanálise que foram postulados por Freud.

Sobre esse fato, Miller (1997), afirmará que até o momento, Lacan sempre adotara os textos de Freud nos seus seminários, porém, desta abertura simbólica em diante, se perceberá uma mudança de posição também frente aos textos freudianos. Nos anos seguintes não adotaria, unicamente, a leitura de textos mas, elaboraria seus próprios esquemas e conceitos.

No interior dessas questões epistemológicas e dessa celebração de Freud, vemos assim não um desprestígio de Freud, mas o que poderíamos chamar de uma substituição. Uma espécie de reescrita de Freud, uma versão de Freud que Lacan adota; mas isso é feito em segredo, ou ao menos discretamente, porque ao mesmo tempo ele tem de provar que é o verdadeiro herdeiro de Freud. (Miller, 1997, p. 21).

Ainda neste seminário, Lacan trará a sua versão dos fatos pelos quais havia passado no interior da SFP. Primeiramente, afirmará que seu objetivo era examinar a questão do que é a psicanálise, a partir de um outro lugar: do lugar ocupado por alguém que foi vítima de uma excomunhão. Em seguida, falará dos acontecimentos comparando-se a Spinoza, e dará um veredito final sobre ao qual foi vítima: *Trata-se portanto de algo que é propriamente comparável ao que se chama, em outros lugares, excomunhão maior. Esta, ainda, nos lugares em que este termos é empregado, jamais é pronunciada sem possibilidade de retorno* (Lacan, 1964, p. 11). Afirmará que, por dois anos, ele esteve na posição de negociado por aqueles que estavam na posição de seus colegas e alunos. Esta é a posição simbólica que Lacan assume frente à SFP: um homem traído pelos seus e que sofrera uma exclusão sem possibilidade de retorno.

Elisabeth Roudinesco (1986), faz uma análise do valor significativo desta comparação e do estatuto que essa exclusão de Lacan representou na história da

psicanálise. Segundo ela, com o objetivo de desfazer o jogo da IPA, Lacan utilizará em proveito próprio a imposição da instituição pelo seu banimento. Ao afirmar que foi negociado, transformará uma derrota em vitória. Na verdade, como vimos anteriormente, Lacan não havia sido nem excluído e nem banido da SFP, mas impedido de continuar a direção das análises didáticas.

Diante das imposições da IPA, três soluções se oferecem a Lacan: modificar sua prática, aceitar seu corte ou entrar em dissidência. Se escolhesse a primeira, teria fingido submeter-se, renunciado a sua teoria do tratamento. Se optasse pela segunda, teria assinado sua sentença de morte, reconhecendo a si mesmo como inapto para a formação. Retendo a terceira via, ele é obrigado a fundar uma escola “lacaniana” da psicanálise (Roudinesco, 1986, pg. 388).

Em 21 de junho de 1964, livre das imposições da IPA, Lacan fará a leitura, perante seus discípulos, do manifesto pelo qual funda a Escola Freudiana de Paris. Após colocar-se na posição de solitário na fundação da escola, e até mesmo na causa psicanalítica, Lacan se nomeia seu primeiro presidente, e coloca como função, da nova escola, criticar e denunciar os desvios e concessões que amortessem o progresso da psicanálise. Em seguida, outorga direitos àqueles os quais havia formado. Cria uma modalidade de trabalho chamada de cartéis, onde define o papel do *Mais-Um*³. Define, ainda, a psicanálise pura, diferenciando-a da aplicada; e cita a questão do recenseamento do campo freudiano⁴.

Afirma Roudinesco (1986), que a mudança do termo associação ou sociedade para escola também fora proposital. Segundo ela, quando Lacan denomina sua nova instituição de escola, ele busca transpor para uma denominação jurídica sua ruptura definitiva e doutrinária com a IPA. Do mesmo modo, ao usar o termo freudiana, reivindica à sua nova escola o estatuto de um retorno à causa do inconsciente e de Freud.

³ Segundo o ato de fundação (1964), o cartél é uma modalidade de trabalho que se equivale a uma espécie de estrutura básica dentro da instituição. É formado por um número de três a cinco membros onde a um deles caberá o lugar do *Mais-Um*. O *Mais-Um* tem como função, dirigir as discussões e selecionar os temas de trabalho para o grupo.

⁴ A psicanálise pura é a seção encarregada dos problemas da didática e à seção de psicanálise aplicada cabem os problemas ligados à terapêutica. Por sua vez, ao recenseamento do campo freudiano, cabe ocupar-se da articulação da psicanálise com as ciências afins, bem como com a ética da psicanálise.

No interior da EFP, Lacan buscará criar estatutos simples e pretensamente democráticos. Cria uma única categoria dos membros, eleição direta para a diretoria e direito idêntico de votos para todos. Define, cuidadosamente, os graus de seus componentes. Cria dentro da escola as seguintes categorias: o membro simples (MS) e os membros de escola (ME). Os membros simples são os equivalentes aos alunos das outras instituições. Esses membros podem ser analistas, analisandos, ou nenhuma coisa nem outra.

Já aos membros de escola há a exigência de serem analistas e dividem-se em duas categorias: o analista membro de escola (AME) e o analista de escola (AE). Lacan abre a escola para os ME que não precisavam ser, necessariamente, membros efetivos. Quanto à obtenção dos títulos de AME, Lacan excluirá a necessidade dos candidatos passarem por comissão de seleção, onde aquele que reconhecesse sua competência profissional deveria solicitar esse título por ele mesmo. Quanto ao título de AE, todo o AME, após um número de supervisões, conforme a escolha do próprio analista, poderia solicitar sua efetivação.

Além das modificações realizadas quanto aos membros da escola, Lacan rompe com o princípio tradicional da formação, ao anular a distinção entre a análise didática e a análise terapêutica. Assim, cada um dos analistas poderia analisar-se com quem desejasse e esse contato se tornaria privado. A partir daí, *Lacan será, ao mesmo tempo, o diretor de sua escola, o mestre por sua doutrina e o legislador de um novo modo de formação. Por seu seminário e pela redução da duração de suas sessões, será também o analista de todos* (Roudinesco, 1986, p.446).

Porém, como na maioria das vezes a realidade não anda ao lado do desejo e, seguindo o que parece ser o destino das instituições psicanalíticas, os conflitos no interior da EFP não tardaram a aparecer. Os membros da escola, ao constatarem que o funcionamento da instituição não está de acordo com seus estatutos, acusam Lacan de autoritarismo e de não ter sido capaz de trazer algo novo para a questão da formação do analistas.

Com a intenção de resolver a crise no interior da escola, Lacan elabora um projeto de renovação do modo de formação que comunicará num discurso pronunciado na Escola Freudiana de Paris em outubro de 1967. Com o título: *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*, ele retomará a noção de psicanálise didática e a definirá como a responsável pela passagem de psicanalisando a psicanalista,

e é essa passagem que Lacan se propõe a isolar, para fazer dela o momento fecundo e teorizável de um possível término da formação didática. (Roudinesco, 1986, p 477).

Lacan tentará explicar essa passagem com seus constructos teóricos. Proporá o mecanismo do *passé*, que consiste em o *passante* (aspirante a analista) falar aos *passadores* (membros da escola responsáveis em colher o testemunho dos candidatos) sobre a sua formação e o término da sua análise. Os passadores transmitem então esse depoimento ao júri de aprovação para que tomem suas decisões. O testemunho assim transmitido tem por objetivo fazer ouvir o ato específico que transforma um psicanalisando em psicanalista. Esse mecanismo terá um sentido prático na instituição, onde todos os membros da escola poderão se submeter a ele independente da posição que ocupa e de hierarquia.

Assim, quando Lacan propõe o procedimento do *passé* à comunidade analítica, *sa proposition avait plusieurs visées: la première était de répondre de l'expérience en l'ordonnant; la seconde de se donner les moyens d'éclairer une question que pose la fin de l'analyse, quand nous la proposons comme la production d'un analyste*⁵ (Morin, 1994, p.60).

Porém, afirma Roudinesco (1986) que algum tempo depois de proferir esse discurso, Lacan redige uma segunda versão da sua proposta. Manterá as proposições originais mas dará um ar obscuro às suas formulações ao lançar a seguinte proposição: *le psychanalyste ne s'autorise que de lui même*⁶. Nesta fórmula, Lacan buscará acrescentar o que sempre defendeu em todo o seu ensino: a ordem analítica deve distinguir-se da ordem institucional. A partir daí, e por muitos anos, essa proposição será tida como a premissa fundamental que sustentará a formação do psicanalista no ensino de Lacan. Passemos a ela.

⁵ a sua proposta tinha várias finalidades: a primeira era de ordenar a experiência; a segunda buscava dar os meios para clarear a questão sobre o fim da análise, quando a propomos como a produção de um analista.

⁶ Não há consenso entre os psicanalistas brasileiros, acerca da tradução deste aforismo de Lacan. Jorge (2006), por exemplo, o traduz como: *o psicanalista só se autoriza por si mesmo*. Entretanto, na tradução de Vera Ribeiro, em *Outros Escritos* (2003), a encontramos como: *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*. No livro: *A supervisão na Psicanálise*, Smirnoff (1992), nos traz algo elucidativo neste sentido. Segundo ele, há uma diferença fundamental entre as duas traduções; *O analista so se autoriza por si mesmo* pode provocar alguns mal-entendidos, pois, nos remete à idéia de que o sujeito pode decidir-se sozinho a exercer a psicanálise, sem a necessidade de prestar contas dos seus atos, enquanto psicanalista, a ninguém. Já na questão de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo* a idéia central é a de que essa autorização decorre do desejo do psicanalista e da passagem pela análise pessoal. Assim, utilizaremos a segunda tradução no nosso trabalho, por acreditarmos ser a que melhor se enquadra nas idéias de Lacan e está de acordo com o que buscaremos demonstrar na sequência de nossa exposição.

CAPÍTULO II

O PSICANALISTA SÓ SE AUTORIZA DE SI MESMO

Fundo – tão sozinho quanto sempre estive em minha relação com a causa psicanalítica – a Escola Francesa de Psicanálise...

(Lacan, 2003, p.235)

Antes de mais nada, um princípio: o psicanalista só se autoriza de si mesmo.

(Lacan, 2003, p.248)

A *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola*, será uma proposta inovadora para a formação do psicanalista, na medida em que coloca o mecanismo do passe a serviço da instituição.

Neste sentido, o passe poderia ser considerado um rito de passagem, onde sua construção ficaria a cargo do próprio sujeito passante que poderia demandar um momento oportuno para dar seu testemunho sobre sua própria análise. Em contrapartida, a instituição psicanalítica, utilizando o passe como um dispositivo de distinção entre os sujeitos, poderia nomeá-los psicanalistas e reconhecê-los como tal. Assim, o objetivo de Lacan, ao instituir esse mecanismo, era o de tentar ouvir o ato específico que transformava um psicanalisando em psicanalista.

Porém, ao colocar o passe nestes termos, Lacan estava criando um impasse, pois, estava implantando dentro da Escola Francesa de Psicanálise, regras para formação dos analistas que se assemelhavam às normas burocratizadoras utilizadas pela IPA- as quais criticara durante todo o seu ensino.

Visando resolver esse impasse, na segunda versão da *Proposição de 9 de outubro de 1967* (a única que será publicada), Lacan inovará verdadeiramente ao afirmar que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*.

Mas, se desde o início do seu ensino Lacan criticou veementemente a burocracia e o poder das instituições, chegando muitas vezes a compará-las às religiões, por qual motivo ele não a acrescentou logo nos primeiros anos de sua produção teórica?

Creemos que há duas razões para isso: a primeira no plano institucional e a segunda no plano teórico. No plano institucional essa reformulação só seria possível após o seu rompimento definitivo com a IPA que se daria em 1964. Quanto a essa questão, cremos que já a detalhamos satisfatoriamente e não vemos razões para voltarmos a ela. Porém, no plano teórico cremos que, para Lacan, não haveria possibilidade de propor uma reformulação da formação dos analistas sem, primeiramente, haver formulado uma teoria do desejo, do objeto *a*, do desejo do analista e do fim da análise, pois, serão esses conceitos que a dão sustentação. Esses conceitos, nós os retomaremos, para no *aposteriori*, tentarmos compreender o alcance desta proposição lacaniana para a formação dos analistas.

2.1 Do Sujeito do Desejo ao Desejo do Analista

Jacques-Alain Miller, no livro *Para ler o seminário 11 de Lacan* (1997), nos esclarece que em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), uma das principais contribuições de Lacan, é a construção de uma lógica temporal rigorosa, na qual a constituição do sujeito, como sujeito desejante, se concretiza em dois momentos lógicos: a alienação e a separação. Neste seminário, dirá Lacan:

Se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Daí deduzi uma topologia cuja finalidade é dar conta da constituição do sujeito (Lacan, 1964, pg. 193).

Quanto à alienação, Lacan a introduz como uma operação lógico-matemática, onde toma como ponto de partida a lógica da teoria de Hegel. Foi em Hegel que ele encontrou legitimidade para o que chamou de *vel alienante*. Sobre o *vel* da alienação dirá Lacan: *o vel alienante nada mais é que a alienação sofrida pelo sujeito, a qual o coloca na via da escravidão. A liberdade ou a vida! Se ele escolhe a liberdade, pronto, ele perde as duas imediatamente- se ele escolhe a vida, tem a vida amputada da liberdade* (Lacan, 1964, p. 201).

Na sessão XVI do seminário: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), Lacan trará o exemplo esclarecedor da *bolsa ou a vida*. A história seria mais ou menos a seguinte: um ladrão nos aborda e nos faz a seguinte imposição: *bolsa ou a vida!* (p. 201). São duas as possibilidades que se abrem neste momento: primeira, de optarmos pela vida e lhe entregamos a bolsa, *ou* a segunda, de nos apegamos à bolsa e perdemos a vida. Porém, o que nos salienta Lacan, é que na verdade não são duas opções que nos são abertas diante da ameaça do ladrão, mas apenas uma. Na verdade, se optássemos pela bolsa perderíamos as duas, pois o ladrão tiraria nossa vida e levaria a nossa bolsa. Ao optarmos pela vida, teríamos uma vida sem a bolsa, ou seja, incompleta.

Segundo Fink (1998), na constituição do sujeito, a questão é ainda mais fúnebre. As partes que compõe o *vel* da alienação não são mais a bolsa ou a vida, mas o

sujeito e o Outro. O sujeito será colocado na posição de perdedor (aquela da bolsa do exemplo anterior). Ao contrário da alienação em Hegel – onde o sujeito e o outro estão mais ou menos no mesmo pé de igualdade — em Lacan, os campos não são de forças iguais: na sua confrontação com a ordem simbólica (o grande Outro), o sujeito precisa submeter-se. Na alienação temos a primeira etapa para se chegar à uma subjetividade onde a exigência é que o sujeito opte pela sua própria submissão a este Outro. Trata-se de uma escolha forçada que será condição necessária para o surgimento de um sujeito.

O autor salienta, ainda, que Lacan introduzirá o conceito de sujeito como *falta-a-ser*. No sentido mais radical deste sintagma, poderíamos afirmar que antes desse processo, não há o ser. *C'est le sujet qui n'est pas là à l'origine*⁷ (Lacan, Sém. XIV, *La logique du fantasme*, sessão de 16 novembro de 1966). Será somente pela passagem pelo processo da alienação, que o ser passa a existir unicamente em potência. A alienação dará lugar a uma pura possibilidade de ser, um estatuto que indica o local onde se espera que se encontre um novo sujeito. A alienação gera, neste sentido, um lugar onde não há ainda um sujeito, mas de onde ele há de advir. Assim, podemos afirmar que a primeira forma de sujeito é uma falta.

Lacan dará à falta, e ao desejo que dela resulta, o estatuto de fundantes do sujeito. A existência do desejo, mais precisamente do desejo inconsciente, é o que nos permite inferir a existência de um sujeito. Mas, se a alienação se caracteriza essencialmente pela escolha forçada do sujeito na ordem simbólica, será somente após a operação da separação que poderemos falar, propriamente, de um sujeito— um sujeito desejante.

Ao retomar a questão da separação, Lacan divergirá de maneira radical daqueles autores que a psicologizaram, ao considerá-la, simplesmente, como uma separação da criança da sua mãe ou de outro objeto qualquer de desejo. Sobre isso, no seminário: *A angústia*, dirá Lacan:

Vocês não sabem que não é a nostalgia do seio materno que gera a angústia, mas a iminência dele? O que provoca a angústia é tudo aquilo que nos anuncia, que nos permite antever que voltaremos ao colo. Não é, ao contrário do que se diz, o ritmo nem a alternância da presença-ausência da mãe.

⁷ Poderíamos traduzir essa expressão de Lacan como: o sujeito não está lá na origem.

A prova disso é que a criança se compraz em renovar esse jogo da presença-ausência. A possibilidade da ausência, eis a segurança da presença. O que há de mais angustiante para a criança é, justamente, quando a relação com base na qual essa possibilidade se institui, pela falta que a transforma em desejo, é perturbada, e ela fica perturbada ao máximo quando não há possibilidade de falta, quando a mãe está o tempo todo nas costas dela... (Lacan, 1962, p. 64).

No exemplo acima, a mãe monopoliza o campo. Porém, para que a separação se realize, e plenamente, é necessário que o sujeito perceba, no Outro, algum sinal de incompletude, de falta ou de carência. Em outras palavras, para que o sujeito advenha como sujeito barrado, ou seja desejante, o Outro deve submeter-se à barra também. É, precisamente, o que Lacan qualifica de justaposição ou recobrimento de duas faltas.

A criança se liga ao que é invisível naquilo que sua mãe diz. Ele se interessa por algo que gira no intervalo entre as palavras. Além disso, ele tenta ler no entre-linhas para decifrar os porquês: por quê ela me disse isto? O que ela quer? Etc. Segundo Lacan, os porquês sem fim da criança, não tem o objetivo de saber como as coisas são ou funcionam, mas, antes, qual é o seu papel, seu lugar e como ele figura na ordem das coisas, ou seja: qual lugar é o seu e qual sua importância aos olhos dos seus pais?

A criança se preocupa em assegurar um lugar, esforçando-se em se manter como objeto do desejo dos seus pais. Procura ocupar este espaço neste entrelinhas onde o desejo se mostra. Ainda no seminário livro 10: *A angústia* (1960), Lacan indica que este intervalo no discurso nada mais é que a própria enunciação. Não se trata, simplesmente, do que é enunciado, mas, antes, do fato mesmo do enunciar, ou seja, o ato de falar. Neste ato, a voz ocupa um lugar preeminente.

O sujeito se dedicará em preencher a falta da mãe, ou seja, tentando ocupar todo o espaço do seu desejo. Ele se ordena a tarefa de escavar o lugar de seu desejo e de se ajustar ao menor capricho ou à menor vontade da sua mãe. O voto da mãe é uma ordem para o sujeito, ou seja, seu desejo nasce de uma subordinação total ao desejo da mãe: *o desejo do homem é o desejo do outro* (Lacan, 1990, p. 223). Dirá Fink (1998), que poderíamos repensar esta fórmula da seguinte maneira: o desejo dele, é equivalente ao que ela deseja. Mas, o sujeito não deseja simplesmente o que o Outro deseja; ele deseja da mesma maneira, quer dizer, seus desejos são idênticos.

Isso significaria uma superposição total da falta da criança à falta da mãe. Isto quer dizer que seus seres, que são constituídos pelo desejo, se coincidem rigorosamente. Porém, sabemos que isso não passa de algo quimérico ou não realizável. O fato é que, por mais que o sujeito faça, ele não pode tomar para si todo o espaço do desejo da sua mãe. Além do mais, há o pai e, onde o pai está ausente, o nome do pai que aparece de tempos em tempos no que a mãe diz, ou seja, no seu discurso⁸.

Assim, o nome do pai funciona como um significante do desejo da mãe que vai para além da criança e que impede aos dois desejos de se recobrirem inteiramente. Resta ao sujeito, tomar apenas parte deste espaço.

Apesar do sujeito ser separado do Outro da linguagem, ele não será separado do Outro do desejo. São nas tentativas de agarrar o que resta de indecifrável do desejo do Outro que o sujeito se verá confrontado com a causa do seu próprio desejo. Este desejo é o desejo que o Outro têm sobre ele. Como consequência disso, já no *Discurso de Roma* (1953), Lacan tinha apresentado a seguinte proposição para o inconsciente: *O inconsciente do sujeito é o discurso do Outro*.

Podemos afirmar, neste sentido, que o que a criança acha desejável é o fato mesmo que a mãe lhe deseje, suscitando o desejo para si. No seminário VIII, *A transferência* (1960-61), Lacan indica a fascinação d'Agathon por algo em Sócrates, algo que Platão, no Banquete, denominará de agalma: algo precioso, brilhante, resplandecente, que nada mais é que o desejo mesmo de Sócrates, ou seja, seu desejar.

É justamente disso que se trata. Essa indicação topológica é essencial. O importante é o que está no interior. *Agalma* bem quer dizer ornamento ou enfeite, mas aqui, antes de mais nada, jóia, objeto precioso-algo que está no interior (Lacan, 1961, p. 141).

Este agalma, que suscita o desejo nos seus detentores, poderá nos servir, de maneira aproximativa, do que Lacan introduz como *objeto pequeno a* (objeto *a*), ou objeto causa do desejo. Assim, retomando a fórmula de *que o que o homem deseja é o desejo do Outro*, ou seja, ser desejado por ele, podemos afirmar que esse desejo, é o

⁸ Isto nos faz mencionar aqui o papel fundamental do pai na quebra da díade mãe-criança. Trata-se da introdução de um terceiro elemento, mas este terceiro elemento já está lá, estruturando a intimidade aparente da relação inicial. A criança experimenta esta quebra como uma intrusão vinda do exterior, uma intromissão causada por aquele que nós podemos caracterizar como o pai, ou le Nom-du-Père (o nome do pai).

próprio *objeto a*.

Porém, se a alienação cria a possibilidade pura ou o lugar de um sujeito desejante, será somente no momento onde o desejo da mãe começa a funcionar como objeto *a* que se pode considerar que a criança funda-se como desejante. O desejo, estruturalmente falando, é causado por este objeto (o objeto *a*) que estará para sempre perdido, mas que será buscado numa errância interminável.

Na análise, o lugar que o analista deve ocupar é desse objeto — objeto causa de desejo. No seminário livro 17: *O avesso da psicanálise* (1969), Lacan afirmará que o que está em jogo no discurso do analista é que ele, o analista, é o mestre e que deverá atuar sob a forma de objeto *a*. Colocará do lado do analista o S2, ou um saber que é específico ao *savoir faire* analítico.

Para Scotti (1998), o lugar de objeto *a*, que deverá ser ocupado pelo analista, é sustentado pelo seu desejo que tem como ponto de mira o desejo do analisante. Esse desejo se manifesta neste lugar particular e só poderá advir onde o lugar do analista estiver vazio.

Ao falar do desejo do analista, Lacan acentuará o *do* (impessoal) para nos indicar que do que se trata não é do desejo do sujeito, mas do desejo de onde ele deve operar como psicanalista. O lugar do psicanalista é um lugar orientado por uma falta.

Segundo Morin (1991) esta falta é uma falta bem particular que não tem correspondentes nas sociedades capitalistas ou científicas já que, nestas sociedades, essa falta é tratada com a oferta de objetos substitutos destinados a suturar os seus efeitos. Já do lado do analista, ele deve ocupar o lugar da falta e suportar os seus efeitos. Assim, o lugar do psicanalista será o que Lacan denominará de lugar do *sujeito suposto saber*.

No seminário livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), Lacan introduzirá essa questão do *sujeito suposto saber*, para nos fazer compreender que o analista não poderá responder do lugar do qual lhe é convocado, ou seja, como possuidor de um saber absoluto. Ele, o analista, é um sujeito que *supostamente* detêm o saber. *Em certo sentido, pode-se dizer que aquele a quem a gente pode dirigir-se, só poderia existir, se um existe, apenas um. Esse apenas um foi, enquanto vivo, Freud* (Lacan, 1964, p. 220). Isto quer dizer que Freud era aquele que poderíamos *supor saber* sobre aquilo que concerne ao que é do inconsciente, mas, com sua morte, este lugar ficou vazio- e é esse lugar que pertencerá ao analista.

Já no seminário livro 17: O avesso da psicanálise (1969), Lacan retomará a questão do *sujeito suposto saber*. Dirá que o que será demandado ao analista não é, simplesmente, que ele responda do lugar de um sujeito suposto saber. Do que se tratará, verdadeiramente, é que o analista é suposto saber não grandes coisas - nos dirá Lacan neste seminário. Ao contrário, a análise demonstra que é o analista quem institui o analisante como sujeito suposto saber quando lhe dá a palavra e o determina que fale. *O que se espera de um psicanalista é que faça funcionar seu saber em termos de verdade.* (Lacan, 1969, p. 50). Verdade essa que não é mais que uma semi-verdade, ou um semi-dizer que não poderá ser dita inteiramente por que para além da sua metade não há nada a dizer.

Mas, para que o processo analítico se efetive e chegue a um possível término, o que se espera do analista é que ele sustente esse lugar de objeto da transferência, ou lugar do *sujeito suposto saber*, e conduza seu analisando numa espécie de tapeação ou enganação — o que o analisante só se aperceberá no final da análise.

O fim da análise terá a ver com a liquidação desta transferência e com uma posição depressiva através da qual o analista será situado pelo analisando do lado de um *des-ser*, ou seja, de uma *destituição subjetiva*. O analista é progressivamente situado como um resto na medida que se dá a sequência dialética do tratamento. Nestes termos, a liquidação do tratamento terá a ver com a destituição do *sujeito suposto saber*.

Quanto a isso, perguntará Morin (1991), o que se passa no fim da análise do próprio analista, para que ele encare a tarefa de assumir este lugar que pertence ao desejo do analista? Se assujeite a aceitar a falta, o lugar de resto e de vazio, no qual ele acabará, infalivelmente, ao conduzir os seus analisandos até o ponto de término da análise?

Sobre isso, na *Proposição de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*, Lacan será veemente ao afirmar que devemos nos ater à tarefa de questionarmos acerca da passagem de analisando analista. Irá se referir à esta passagem como a uma sombra espessa, que recobre essa espécie de ligação ou junção. Dirá ele: *Esta sombra espessa que encobre a junção de que me ocupo aqui, aquela em que o psicanalisante passa a psicanalista, é ela que nossa escola pode empenhar-se em dissipar* (Lacan, 2003 p. 258).

Ainda, segundo Morin (1991), trata-se de uma operação lógica que conduz o analisando na questão desta passagem de psicanalisando a psicanalista. Para explicar essa passagem, podemos nos servir a fórmula do fantasma de Lacan, bem como, das operações lógicas.

O matema que dá Lacan do fantasma, nos mostra que do que se trata aí é de uma relação do sujeito com o objeto. No momento da travessia do fantasma, o objeto aparecerá após a queda pulsional, reenviando o sujeito a isto que ele foi como objeto para o Outro e ao qual ele endereça sua demanda que será implicado no seu gozo.

Já num segundo tempo, ocorrerá um encontro com o objeto como lugar vazio. Este objeto, que na verdade é a presença do vazio, e será ocupável por um objeto qualquer, (que é o objeto perdido pequeno *a*) - que Lacan chamará de objeto causa do desejo, ou seja, um desejo causado por uma falta.

Analisando esses dois tempos, podemos afirmar que esta posição do sujeito permite-nos compreendermos que a passagem de analisando a analista, não poderá ser realizada anteriormente à travessia do fantasma, *ce dernier devant être traversé pour dégager cette place vide qui est ce contourne la pulsion*⁹ (Morin, 1991, p. 61).

A vertente pulsional é tornada, do lado do fantasma, como o que sustenta o desejo do sujeito. O vazio encerrado pela pulsão permite o surgimento da castração. Dirá Lacan: *Assim, é antes a assunção da castração que cria a falta pela qual se institui o desejo. O desejo é desejo de desejo, desejo do Outro, como dissemos, ou seja, submetido à lei* (Lacan, 1998, p. 866).

Lacan (1998), dirá ainda, que na cura, e em particular no momento da construção do fantasma, as figuras da castração se reencontram nas diferentes modalidades de falta: falta no Outro, *falta-a-ser*, falta de gozo, etc. Porém, este encontro com o objeto *a* é outra coisa, visto que ele se esbarra com o Real. O analisando, ao fim da análise, prosseguida até a travessia do fantasma, reencontra logicamente, este objeto *a*. Dito de outra forma, o fantasma é o que tenta encher esse vazio, recobrir a ausência desta inscrição.

⁹ Este último devendo ser atravessado para liberar esse lugar vazio que contorna a pulsão.

A questão do desejo do psicanalista que, como vimos tem a ver em se consentir a ocupar um lugar, origina-se deste encontro com o objeto *a*. Os ideais do eu tombam e o analisando entra em contato com o essencial do seu desejo e de qual objeto ele se trata, assim, ele não estará mais no mesmo lugar de outrora.

Segundo Coridian (1991), será este descentamento causado pela queda das identificações, após a travessia do fantasma, que conduzirá o analisando a um encontro com o objeto como falta. Isto quer dizer que, por não haver objetos adequados à pulsão, aparecerá o objeto como ausência que desprenderá, assim, deste espaço vazio.

É sobre esse fundo de perdas e de encontros com o real que pode se por a questão do desejo que levará um analisante a assumir, para outros, esse lugar de semblante do objeto- que, como o dissemos anteriormente, trata-se para o analista de ocupar o lugar deste objeto causa do desejo, deixando-o vazio para que o desejo do sujeito possa advir. Trata-se de um lugar vazio, mas que ele deverá assumir, pois, será graças a esse vazio que o analisante poderá suportar em confrontar-se com o real do seu sintoma. A passagem de analisando a analista, nada mais é que o encontro com esse vazio que faz surgir a estrutura do desejo.

Após esta exposição, podemos afirmar que o desejo de ser analista não terá nada a ver com o desejo do psicanalista. Enquanto o desejo de ser analista se dará no início de uma análise, e estará no campo do imaginário, o desejo do psicanalista é o que o sustenta no seu ato e no lugar do vazio, ou seja, o lugar do objeto *a*, e que terá a ver com o fim da análise.

Sobre o fim da análise, Lacan dirá que um dos seus fins possíveis, é de *ocasionar uma reposição do eu como sujeito neste “a” que eu fui para o desejo do Outro*. (LACAN, 1965, Seminário 12). Quer dizer, de orientar o sujeito a fim de ocasionar a subjetivação lá onde o paciente funciona como objeto *a*, como causa do desejo do Outro. O analisante, submetido ou sujeitado ao desejo do Outro, deve advir como sujeito do seu próprio desejo.

Assim, o desejo do psicanalista diz respeito a uma posição. Não se trata do desejo de ser psicanalista e, tampouco, do desejo particular de cada sujeito. O desejo do analista diz respeito a uma função. Trata-se de sustentar um lugar- o lugar do objeto *a*. No seminário livro I: *Os escritos técnicos de Freud* (1953), Lacan dirá que *o ideal da análise não é o domínio completo de si, a ausência de paixão. É tornar o sujeito capaz de sustentar o diálogo analítico, de não falar nem muito cedo, nem muito tarde. É a isso que visa uma análise didática* (p.11).

Segundo Scotti (1998), O que convoca o sujeito a ocupar este lugar do analista é a sua transferência com a própria psicanálise ou com o significante - garantia da verdade — que foi o próprio Freud e que tem, nos analistas, o suporte de uma transferência com a verdade. Dirá, ainda, que o desejo de Freud permanece em cada analista que se propõe a continuar o saber por ele transmitido, ficando o desejo a cargo de cada um que se propõe a ocupar este lugar do analista.

2.2 O Autorizar-se de Si Mesmo e o Passe

Segundo Sousa & Jerusalinsky (1985), quando Lacan introduz a questão de quem autoriza um psicanalista, o faz retomando os questionamentos freudianos acerca da psicanálise dirigida pelos não médicos. No texto *Psicanálise Leiga* (1926), o objetivo de Freud era o de questionar quem teria o direito de autorizar e de ser autorizado a exercer a psicanálise. Porém, como vimos anteriormente, Lacan (1967) introduzirá um corte radical nesta questão ao afirmar que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*.

Se no plano institucional a proposição lacaniana de que *o analista só se autoriza de si mesmo*, será uma recusa ao poder dominante das instituições psicanalíticas, no plano teórico, ela irá além. Condensará nas suas palavras mais de 30 anos de produção e do ensino de Lacan, além de ser sua nova tentativa de reformular a questão da formação dos psicanalistas.

Num primeiro momento, a leitura descontextualizada dessa proposição dá a entender de que ela permite uma *auto-determinação* por parte do sujeito em nomear-se analista, ou seja, qualquer sujeito que desejar, e no momento que o quiser, poderá assumir o lugar de analista. Entretanto, esta proposição *não significa que qualquer um possa se autorizar psicanalista, mas simplesmente que, para se autorizar como psicanalista, não é necessário nenhuma cooptação pelos pares* (Roudinesco, 1986, p. 480).

Outro ponto a ser considerado nesta proposição, é o fato de que, nela, Lacan se refere ao psicanalista. É o psicanalista quem deverá autorizar-se de si mesmo, e não o analisando, ou seja, somente quem passou pela própria análise, poderá autorizar-se. Autoriza-se à que? A sustentar o desejo do analista, que como vimos, diz respeito a um lugar.

Afirmar que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*, quer dizer que não é o didata nem mesmo a instituição que deve fazer esta autorização. O que Lacan afirmará, no seu ensino, é que uma psicanálise didática não garante necessariamente um psicanalista, ou, *o psicanalista não se autoriza pelo seu psicanalista*. O psicanalista será o resultado de sua experiência analítica. É a experiência analítica que deve promover essa passagem. A passagem de psicanalisando a psicanalista, precisamente.

Segundo Safouan (1985), a autorização do analista advém da lei que ele não aprendeu de outro, mas de sua própria análise do inconsciente e que se sustenta na lei do

desejo. Na verdade, na obra de Lacan, não encontraremos o termo formação analítica. Dirá ele: *Eu falei das formações do inconsciente, mas é preciso saber notar as coisas que eu não falo, pois eu jamais deixei sequer um traço: eu nunca falei da formação analítica. Eu falei de formações do inconsciente* (Lacan, 1975, p.186). Assim, são justamente as formações do inconsciente, pelas quais se realiza a análise, que permitirão ao sujeito tornar-se analista. Quando Lacan faz essa afirmação, o que ele deseja é colocar a questão da formação no campo ético tirando-a do campo puramente técnico.

O que o passe permite é a alguém que está perto de autorizar-se a assumir o lugar de analista, de comunicar o que o fez se decidir por isso, ou seja, transmitir o que o levou a autorizar-se a se engajar num discurso do qual será suporte. Desse modo, o passe permitirá a compilação de uma construção de saber produzido por um psicanalista, mas não será posta como garantia de sucesso enquanto analista. Nessa invenção singular, o que se questiona é a questão sempre atual do fim das análises e, particularmente, a questão dos fins que produzem um psicanalista.

Desse modo, o passe só poderá se efetivar quando a análise chega a seu fim, porém, nem todas as análises produzem essa passagem. Nos casos em que a análise se encerra por outros motivos que não pelo seu término, não podemos falar do fim da análise e, tampouco, da passagem de um psicanalisando a psicanalista. Segundo Roudinesco (1986), se o produto da análise é produzir um analista — desde que chegue ao seu fim — o que Lacan pretendeu com o dispositivo do passe foi recolher os testemunhos que dissessem do resultado produzido por sua análise no sujeito que terminara essa análise.

Para Coridian (1991), o passe é uma declaração de ficção daquilo que não pode jamais ser garantida como verdadeira. Mesmo que o testemunho do passante seja autêntico, a transmissão justa, *bem dita*, mesmo assim, caberá ao cartel do passe examinar a verdade do seu desejo. *De se désir qui apparaît comme limpide à un moment de virage du sujet, marqué par la fin de son analyse, le passant peut élaborer les coordonnées à transmettre*¹⁰ (Coridian, 1991, p. 50).

¹⁰ Desse desejo que aparece como límpido num momento de virada do sujeito, marcado pelo fim da sua análise, o passador pode elaborar as coordenadas que serão transmitidas.

Porém, a localização mínima da causa do sintoma e da construção do fantasma, deduzida pelo passe, mostra a estrutura de uma análise profunda, mas não dá a garantia de um psicanalista. O dispositivo do passe oferece a possibilidade de verificar até que ponto se deu a análise do sujeito.

Conclui Coridian (1991), que a decisão que preside à experiência do passe é determinada pela escolha do sujeito. Esta escolha decidida no fim da análise, não é uma ficção, é um ato cuja extração do analisante do dispositivo analítico, é um fato, porém concluir que dela surgirá uma passagem de psicanalisando à psicanalista, poderá ser considerada uma ficção.

O passe, é uma inovação na formação do psicanalista, na medida em que faz uma distinção entre o plano institucional e o plano do desejo. Com esta proposição, Lacan coloca o mecanismo do passe a serviço da instituição, e dá ao psicanalista a possibilidade de autorizar-se pelo desejo. *O psicanalista só se autoriza de si mesmo*. Pelo seu desejo. Desejo do analista, que só poderá advir no fim da análise.

Para concluir, podemos afirmar que a proposição lacaniana de que o *psicanalista só se autoriza de si mesmo* foi decisiva no seu percurso, visto que posicionou tanto os seus discípulos, quanto seus opositores e as instituições. Os opositores de Lacan viram-se embaraçados, pois a proposição questionava de forma decisiva o poder das instituições e condicionava a formação do analista ao desejo. Ao mesmo tempo, autorizava seus discípulos a se nomearem psicanalistas.

Dirá, Safouan (1991), que esta proposição abriu ao sujeito a possibilidade de sustentar seu desejo de analista e sustentar esse lugar. Porém, muitos analistas não hesitaram diante da conclusão de que a institucionalização da psicanálise não seria necessária. De fato, não é a institucionalização indispensável para formar um analista, mas, ter passado pela sua própria análise, o é.

Os opositores de Lacan, logo se levantaram contra esta proposição acerca da formação. Criticavam-no dizendo que com ela, Lacan estaria autorizando todos os abusos. Dirão que ninguém poderá garantir a formação destes analistas se não seguirem as regras determinadas pelas instituições. Lacan será ainda mais radical, neste ponto, ao afirmar que *não garantimos ninguém* (Lacan, 1967, p. 240).

De fato, há uma diferença entre nomear alguém e autorizá-lo a exercer a psicanálise. Neste caso, o que a instituição poderá fazer é nomear o psicanalista, porém a autorização em ocupar o lugar do analista, dependerá do desejo do analista, ou seja, de sustentar esse desejo no lugar do objeto *a*. Assim, estava resolvida, por hora, a questão da formação dos analistas.

Porém, anos depois, em 1974, Lacan acrescenta ao seu enunciado quatro palavras fundamentais: *e de alguns outros*. A partir daí, essa questão suscitará muitas dúvidas e embaraços. Por exemplo: estaria Lacan fazendo ressurgir o velho poder das instituições, o qual tanto combatera? Ou descobrira, nos seus construtos teóricos, uma nova forma de institucionalização da formação dos analistas? Ou ainda, seria apenas uma tentativa de manter os seus sob o domínio da sua Escola? Passemos à análise desta questão.

CAPÍTULO III

LES NON-DUPES ERRENT

Isto, certamente, todos já sabem: ele só se autoriza de si mesmo, eu acrescentarei.... e de alguns outros (Lacan, 1974, sessão de 9 de abril).

Em 1973, passados quase dez anos da sua “excomunhão” da Sociedade Francesa de Psicanálise, Lacan dará início ao seu seminário de número 21, denominado *Les non-dupes errent*¹¹ (inédito). Dedicado a falar do Real, Lacan fará nele um jogo de palavras que significa que os nomes do pai erram: *Les noms du père errent*, mas também, que os não tolos são errantes-viajantes.

Inicia esse seminário como um recomeço. Dirá ele: *Je recommence même parce que j’avais cru pouvoir finir. C’est ce que j’appelle ailleurs la passe: je croyais que c’était passé*¹² (Lacan, 1973, sessão de 13 de novembro). É dessa forma, que Lacan retoma a questão institucional do passe. Porém, seu estado de espírito já não era o mesmo daquele da *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*, quando ele introduzira a questão.

Em 1967, ele propusera esse dispositivo como uma proposta de inovação para a formação dos analistas. Em todos os seus escritos, o que ele nos deixa claro, é que esse mecanismo buscava dar à escola um meio para acolher os testemunhos sobre o fim da análise de cada sujeito que desejasse ocupar o lugar do analista. Dito de outro modo, o analista daria o testemunho da sua análise e da sua passagem, porém, a autorização para nomear-se viria de si próprio.

Já em 1973, Lacan mudará o tom das suas palavras e demonstrará uma certa descrença com relação ao passe. Segundo Roudinesco e Plon (1998), durante a assembleia da Escola, ao realizar uma primeira avaliação desse dispositivo, Lacan não mascara seu desencanto. Ele teria afirmado que com o malogro do passe, pelo menos se *havia passado alguma coisa* (Lacan apud Roudinesco & Plon.1998, p. 577).

É nesse estado de espírito que Lacan dará o título de *Les non-dupes errent* ao seu novo seminário e fará dessa expressão um *mot d’esprit*¹³. Segundo ele, seu som se assemelha ao *Les noms du père* (os nomes do pai), título do seu seminário de 1963, que fora interrompido por ocasião da sua excomunhão da SFP. Sobre isso, ele havia prometido não falar jamais. Entretanto, ele o retoma de um lugar que lhe possibilitará o recomeço ao qual havia se referido.

¹¹ A tradução do vocábulo *dupe*, significa otário, enganado, crédulo, tolo. Após a leitura do seminário 21, que leva esse nome, optamos pelo vocábulo *tolos* para designar *o dupe* do francês. Assim, traduziremos essa expressão como: *Os não tolos erram*.

¹² Poderíamos traduzir essa expressão como: Eu recomeço mesmo porque eu acreditara poder terminar. É o que eu chamo em outro lugar o passe: eu creia que isto havia passado.

¹³ É o que podemos considerar como *o Witz* de Freud ou *o Chiste* em português.

Ao acrescentar a palavra *errent* à expressão *Les noms du père*, Lacan dará a ela o sentido de que *os nomes do pai erram*. O nome do pai a quem ele se refere é o próprio Freud e o seu erro diz respeito à forma como as sociedades psicanalíticas foram por ele constituídas.

Porém, o vocábulo *errant* terá, também, o sentido de itinerante¹⁴, ou viajante. Assim, numa alusão ao fenômeno da repetição, Lacan fará o acréscimo do *que* escrevendo-a como *Les non-dupes que errent*, significando que os não tolos são viajantes. Os não *tolos*, a que ele se refere, são todos aqueles que estão submetidos às leis do Inconsciente e esta viagem diz respeito ao desejo do sujeito que o acompanha desde o seu nascimento até a sua morte. O que Freud nos traz, no seu livro *Interpretação dos Sonhos* (1900), nada mais é que a teorização desse desejo indestrutível que passeia sobre a linha de viagem (de errância), desde a entrada do sujeito no campo da linguagem, acompanhando-o de um ponto a outro, sendo sempre o mesmo e sem variação.

Dessa forma, a nosso ver, uma das grandes contribuições de Lacan neste seminário, foi ter retomado os princípios fundamentais da formação do psicanalista, a partir da instância do Real.

¹⁴ No dicionário Aurélio (1993), o vocábulo itinerário significa: 1. concernente a caminhos; 2. descrição de viagem, roteiro; 3. caminho a percorrer, ou percorrido e 3. caminho, trajeto. Já o vocábulo itinerante diz respeito a aquele que viaja ou percorre itinerários.

3.1 O Real e o Inconsciente

O conceito de Real já fora introduzido por Lacan, na verdade, em 1953, no seminário livro I: *Os escritos técnicos de Freud*, de onde extrai o termo diretamente do conceito freudiano de realidade psíquica. Porém, neste mesmo seminário, o termo será retomado e utilizado no contexto de uma tópica, onde a tópica do Real será inseparável daqueles do Simbólico e do Imaginário. O Real formará, com esses dois termos, uma estrutura.

A partir de 1970, o interesse cada vez maior pela ciência levou Lacan a tentar formalizar sua própria visão conceitual: de um lado, uma *mathesis* dos discursos (ou *mathema*), e de outro, uma topologia (o nó borromeano) destinada a substituir a antiga tópica. Essa vontade de construir uma ciência do Real traduziu-se, então, numa reorganização dos elementos da antiga tópica na qual o lugar determinante foi ocupado não mais pelo simbólico, mas pelo Real. Lacan deu o nome de R.S.I. ao tríplice em que o Real é assimilado a um “resto” impossível de transmitir, e que escapa a matematização (Roudinesco & Plon. 1998, p. 646).

Dessa forma, o termo *matema* fora criado para designar uma escrita algébrica capaz de expor cientificamente os conceitos da psicanálise, o que permitiu sua transmissão em termos estruturais. Introduzido numa última estruturação lógica da sua obra, o termo *Matema* foi criado a partir do *mitema*¹⁵ do estruturalista francês Claude Lévi-Strauss. Contemporâneo à conceitualização do *matema*, Lacan utilizará o nó borromeano para introduzir uma nova noção de estrutura.

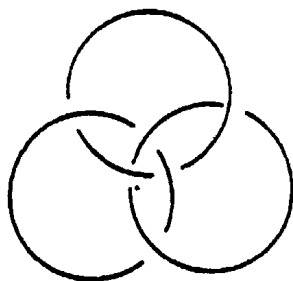
O nó borromeano foi introduzido na obra lacaniana, para designar as figuras topológicas destinadas a traduzir a trilogia do Simbólico, do Imaginário e do Real. Dirá Roudinesco (1998), que essa trilogia será repensada em termos de Real/Simbólico e Imaginário (RSI), porém, com a primazia do Real, em relação aos outros dois elementos.

¹⁵ Segundo a *wikipédia*, na obra de Lévi-Strauss, o mitema diz respeito a uma parte essencial de um mito, um elemento irreduzível e imutável, algo que sempre se encontra dividido com outros mitemas relacionados e reunidos em variações "empacotadas" na metáfora - ou vinculados em relações extremamente complexas, como uma molécula em um composto.

A expressão nó borromeano,

remetia à história da ilustre família Borromeu. As armas desta dinastia milanesa, com efeito, compunham-se de três anéis em forma de trevo, simbolizando uma tríplice aliança . Se um dos anéis se retirassem, os outros dois ficariam soltos (Roudinesco & Plon, 1998, p. 541).

Na sessão de 18 dezembro de 1973, do seminário *Les non-dupes errent*, após expor outras formas de nós, Lacan apresentará a figura abaixo do nó borromeano:



Com ele, colocará o Real no centro da geometria e da psicanálise. Neste seminário, utilizará os matemas e o nó borromeano para teorizar a questão da lógica do inconsciente e as leis da sexualização. Terá, assim, os meios teóricos para recontextualizar a constituição do inconsciente freudiano, da castração, bem como, da formação do psicanalista.

Será na sessão de 20 de novembro de 1973, que Lacan falará da lógica que pretende introduzir para falar do inconsciente. Dirá ele:

il y a de l'inconscient, et que l'inconscient c'est ça ; qu'il a pu dire à l'occasion que l'inconscient, c'est irrationnel, mais que ça veut simplement dire que sa rationalité est à construire, que même si le principe de contradiction, le oui et le non, n'y jouent pas le rôle qu'on croit dans la logique classique, à ce moment-là, ben, il faut en construire une autre¹⁶ (Lacan, 1973, sessão de 20 de novembro).

¹⁶ Há o inconsciente, e o inconsciente é isto, que há a ocasião que o inconsciente é irracional, mas que isto quer dizer simplesmente que sua racionalidade está por ser construída, que mesmo que o princípio de contradição, o sim e o não, não joguem o papel que cremos na lógica clássica, neste momento, bem, é necessário construir uma outra.

Essa outra lógica a qual Lacan se refere, como vimos, diz respeito ao real. Introduzindo-o através do zero ou do vazio, ele a buscará na lógica do matemático Georg Cantor¹⁷ — o qual citará inúmeras vezes neste seminário. Lacan lembrará que o *um* não se configura como o primeiro número de um conjunto - como somos levados a pensar através da lógica clássica ou formal. Na verdade, o conjunto dos números naturais não começa pelo um e sim pelo zero. O zero é o nada absoluto que a partir do momento que é conceituado passa a ter uma existência simbólica.

Segundo Fink (1998), o processo da alienação produzirá o sujeito como um conjunto vazio (\emptyset), quer dizer um conjunto sem elementos, um símbolo que transforma o nada em algo que deverá ser marcado ou representado. E, será no processo da alienação, que se dará a instauração de uma ordem simbólica que determinará o destino de cada sujeito, posicionando-o em um determinado lugar. Um lugar que ele não detém ainda, mas que será designado para ele e só para ele. Assim, o sujeito lacaniano será baseado na nomeação desse vazio. *O significante é o que funda o sujeito; o significante é o que tem força ôntica extraindo do Real a existência que assinala e anula* (Fink, 1998, p. 75)

Assim, para o autor, a constituição do sujeito lacaniano tem um estatuto ontológico¹⁸, pois, é o primeiro passo para o além do vazio ou do Real. Ao qualificarmos algo como vazio, estamos usando uma metáfora que implica que alguma coisa não está mais no lugar onde deveria estar. Para que algo falte, ela deveria estar presente e localizada anteriormente. Porém, só poderia ter um lugar próprio no interior de um sistema ordenado, ou no interior de uma espécie de estrutura simbólica.

¹⁷ Segundo a Wikipédia, *Georg Ferdinand Ludwig Philipp Cantor (1845-1918)*, foi um matemático alemão de origem russa que ficou conhecido por ter criado a moderna teoria dos conjuntos. Foi a partir desta teoria que chegou ao conceito de número transfinito, incluindo as classes numéricas dos cardinais e ordinais, estabelecendo a diferença entre estes dois conceitos que colocam novos problemas quando se referem a conjuntos infinitos.

¹⁸ A expressão *ontologia* tem origem grega e significa conhecimento do ser. É a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da existência dos entes e das questões metafísicas em geral.

Segundo Roudinesco & Plon (1998), analisando historicamente, o simbólico foi desde muito cedo conceitualizado no ensino de Lacan. Já em 1936, Lacan havia feito alusão ao termo, na noção de *estadio do espelho*. Porém, foi só em 1953, no seminário dedicado aos *escritos técnicos de Freud* que ele o cita numa perspectiva estruturalista, onde, o concebe a partir de uma tópica, composta juntamente com o Imaginário e o Real.

No contexto de sua reformulação estrutural, Lacan conferiu ao simbólico, até 1970, um lugar dominante em sua tópica. A ordem das instâncias era então S.I.R. Depois dessa data, ele contruiu uma lógica diferente, depositando a ênfase na primazia do real, em detrimento dos outros dois elementos. S.I.R. transformou-se então em R.S.I. (Roudinesco & Plon, 1998, p. 715).

Retomando a questão do inconsciente freudiano, Lacan o repensará a partir da sua conceitualização do significante. Segundo ele, esta inauguração do sujeito — o sujeito do inconsciente — correlativo da *Urverdrangung* (o recalque primário de Freud). Para Freud, há no inconsciente, o que ele denominou de *Vorstellungsrepräsentanz* (o representante da representação). Ela é o representante psíquico da *trieb* (pulsão) e sofrerá a ação do recalque, porém, os estatutos precisos desses representantes, nós não teremos jamais acesso, dirá Lacan.

No artigo *Verdrangung*¹⁹ (1915) — que faz parte de uma série de artigos denominados de *Artigos sobre Metapsicologia* — Freud dirá que o inconsciente se constitui por um recalque primário, ou uma primeira fase, que consiste em negar a entrada no consciente de um representante psíquico da pulsão. Com isso, se estabelece uma espécie de fixação, onde o representante da representação continuará infinitamente inalterado, pois, a pulsão permanecerá ligada a ele. É a isso que Lacan se refere quando afirma que *les non-dupes que errent*, ou seja, que os não tolos viajam.

Essas representações —investidas de desejo — retornarão sempre as mesmas e acompanharão o sujeito, na sua viagem, até o fim da sua existência. *Este retorno do mesmo e essa insistência logo assumem um aspecto compulsivo, em geral surgindo sob a forma de um automatismo; aliás é pelos termos “compulsão de repetição” ou*

¹⁹ Este artigo foi traduzido para o Português como repressão (Obras completas de Sigmund Freud -editora Imago, 1974). Porém, o termo utilizado no Brasil, que melhor condiz com as idéias freudianas, é de recalque. Assim, utilizaremos o termo recalque para o *Verdrangung* de Freud. Da mesma forma, traduziremos *trieb* de Freud por Pulsão e não por instinto como nesta edição.

“*automatismo de repetição*”, que habitualmente se traduz a formulação freudiana *original wiederholungszwang* (Chemama, 1993, p.190).

Dessa forma, o recalque primário cria o núcleo do inconsciente com o qual outros representantes da representação estabelecerão suas ligações, para que, ao final das contas, elas possam ser atraídas no inconsciente. Sobre esses representantes, que formam o núcleo do inconsciente freudiano, Lacan as denominará de verdades indomáveis. Dirá ele: *Ce dont témoigne pour nous l'expérience analytique, c'est que à des vérités indomptables, à des vérités indomptables que nous, dont nous avons à témoigner pourtant*²⁰(Lacan, 1973, sessão de 9 de abril).

A partir de 1964, Lacan propõe que os representantes da representação sejam igualados ao significante e repensados à partir do par dos significantes unário (S1) e binário (S2). O significante unário é o conteúdo que será recalcado por ocasião do recalque primário. Já o significante binário é o que vai dar sentido à cadeia. Segundo Fink (1998), o significante unário estará no interior do Outro. Quando Lacan introduz o conceito do Outro, na sua teoria, ele está se referindo à bateria dos significantes. O recalque primário, ou o significante unário, será aquele que representará o sujeito do inconsciente para todos os outros significantes e está do lado do Real.

No núcleo do Real, afirmará Lacan, em *Les non-dupes errent*, que se encontrará inscrita a impossibilidade da relação sexual e as fórmulas da sexuação que podem ser definidas como a forma pela qual homens e mulheres se relacionam com seu próprio sexo, bem como, com a diferença entre eles.

²⁰ Isto que nos testemunha a experiência analítica é que há verdades indomáveis, verdades indomáveis que nós iremos testemunhar, portanto.

3.2 *A Relação Sexual não Existe²¹ e o Ser Sexuado Só Se Autoriza de Si Mesmo*

Durante seu ensino, o que Lacan faz questão de deixar claro, é que sua definição para o homem e para a mulher, não tem relação direta com a biologia. Partindo desta idéia central, para a psicanálise, podemos perceber que *uma grande quantidade de seres biologicamente femininos apresentam uma estrutura masculina, e uma grande quantidade de seres biologicamente masculinos revelam uma estrutura feminina* (Fink, 1998, p. 135).

A diferenciação dos sexos não é simples. Nos três primeiros níveis, de que trataremos a seguir, os sexos não se distinguem, e será somente no quarto nível que será possível se estabelecer uma distinção. É só a partir da conceituação do *falo* que é possível a compreensão deste processo.

No primeiro nível dessa diferenciação, os dois sexos, tanto o masculino como o feminino, irão se identificar com o falo. Ao fazer essa identificação, eles procurarão se posicionar como o *falo* para a mãe. Por isso, nesse primeiro nível não haverá a diferença entre os sexos, ambos procurarão se posicionar no lugar do *falo*.

Porém, logo a criança se dará conta que ela não é o falo para sua mãe, ou seja que ela não é o objeto para o desejo da sua genitora. Assim, ela irá perceber que não haverá possibilidade de dar conta da falta para o desejo do Outro. Logo, os dois sexos se aperceberão que são privados do falo. Desse modo, neste segundo nível, também podemos concluir que não haverá diferença entre os sexos, pois, os dois se perceberão como castrados, ou não possuidores do falo.

Segundo Fink (1998), esta castração está relacionada ao fato de que o sujeito é forçado a renunciar a algum gozo. A implicação imediata desta afirmação é que a noção de castração está ligada à renúncia do gozo e não ao pênis e, portanto, essa noção se aplica tanto ao sujeito homem como à mulher.

²¹ No original: *Il n'y a pas de rapport sexuel*. Para Fink (1998), a redação desta expressão em francês é ambígua na medida em que a palavra *rapport* pode referir-se ao ato sexual, mas também, à idéia de relação, relacionamento. Assim, devemos levar isso em conta ao traduzirmos ao português.

Já num terceiro momento, os dois sexos buscarão o falo que lhes falta, porém, o buscarão no Outro. Aqui, podemos afirmar que ainda não haverá diferenciação sexual, pois, os dois desejam o falo, porém, acreditam que o outro é possuidor do que lhes falta. Assim, um percebe no outro o falo, mas não se dão conta que os dois são faltantes.

Será somente no quarto momento, onde ocorre a escolha do objeto de amor e do desejo, que se instala a diferenciação entre os sexos. Numa relação sexual inexistente, ou impossível, é que haverá um encontro imaginário onde um parceiro será visto como aquele que tem o falo e outro que não o têm. Como vimos, essa posição, não terá a ver com o órgão biológico do sujeito, mas com uma posição subjetiva, onde ele poderá posicionar-se na relação com esse outro como o que possui ou não o falo. Assim, tanto o homem quanto a mulher terão um encontro com uma ilusão privada ou dotada, castrada ou potente.

Nos três primeiros, níveis da sexuação haverá o reconhecimento do si próprio e da posição de assexuado. Será somente no impulso para o outro, no reconhecimento do objeto de sua escolha, no seu objeto de desejo que se instalará a diferença. Ao final deste processo, o sujeito deverá posicionar-se do lado do homem ou da mulher.

Na estrutura masculina, poderíamos afirmar que ela recai sob a função fálica, o que implicará necessariamente a existência do pai. Seguindo a idéia central trazida por Freud em *Totem e Tabu*, dirá Lacan (1973-74), que embora todos os homens sejam marcados pela castração simbólica, existe um homem que não se sujeita à lei da castração; este homem é o pai. *Portanto, apenas o pai mítico originário pode ter uma relação sexual verdadeira com uma mulher. Para ele existe a relação sexual. Todos os outros homens têm uma relação com o objeto a — a saber, a fantasia — não com uma mulher em si* (Fink, 1998, p. 138). Desse modo, podemos concluir que embora tenha havido essa exceção à regra da castração, poder-se-á considerar que todo o homem é castrado.

Já no que se refere à estrutura feminina, o que afirmará Lacan (1973), é que nem tudo de uma mulher estará sujeito à lei do significante. Ao dizer isso, Lacan não estaria afirmando que a mulher é menos completa do que o homem — como inúmeras vezes somos levados a crer — mas, que ela não possui um significante mestre da mulher como tal. Na verdade, enquanto os homens são limitados ao que Lacan chama de gozo fálico, a mulher pode experimentar o gozo fálico, mas também, o gozo do Outro.

Segundo Fink (1998), o trabalho de Lacan sobre a sexuação implica que aqueles com estrutura masculina devem subjetivar ou encontrar uma nova relação com o objeto, enquanto aqueles com estrutura feminina devem encontrar uma relação com o significante.

Ambos os sexos subjetivam aquilo que é o Outro no princípio, embora suas abordagens desse Outro fosse instalado por completo nos homens, seus problemas são com relação ao objeto; ao passo que nas mulheres o Outro nunca está completamente instalado como tal. O problema da Mulher então não seria fazer o Outro existir ou completá-lo - o que é afinal, o projeto do perverso-, mas ao contrário subjetivá-lo, constituí-lo dentro dela (Fink, 1998, p.147).

Assim, para Lacan, não haverá nenhuma relação direta entre homens e mulheres uma vez que são homens e mulheres. Ou seja, eles não interagem entre si como um homem para mulher e mulher para homem. Há o impedimento de tais inter-relações.

Ainda afirmará Lacan (1974), para que uma relação entre o homem e mulher existisse, seria necessário que houvesse uma espécie de opostos, *yin e yang*, ou uma inversão simples como atividade e passividade. Porém, Lacan será categórico ao afirmar, que tal complementariedade é da ordem do impossível. Assim, não há nada que se possa qualificar como uma relação verdadeira entre os sexos. *Ao contrário, cada sexo é definido separadamente com relação a um terceiro termo. Consequentemente, só existe uma não-relação, uma ausência de qualquer relação direta imaginável entre os sexos* (Fink, 1998, p.132).

A tese central de Lacan é a de que não há lugar para uma relação entre os sexos — impossibilidade de inscrição dessa relação no inconsciente — por que o inconsciente não reconhece a diferença entre eles. A fantasia é o que vai tentar preencher esse vazio, ou recobrir a ausência desta inscrição.

A esse processo, Lacan (1973) o denominará de *fórmulas da sexuação*. E afirmará que todo ele poderá ser claramente descrito através da lógica matemática e da geometria. Além disso, colocará a impossibilidade da relação entre os sexos como o núcleo do Real, ou seja, aquilo que foge à simbolização.

Será na sessão de 9 de abril de 1973, do seminário *Les non-dupes errent*, que Lacan dará um passo fundamental para a compreensão da questão da sexuação, pois, surpreenderá seus ouvintes com a seguinte afirmação: *l'être sexué ne s'autorise que de*

*lui meme*²². Segundo ele, isto significa que ao sujeito caberá fazer uma escolha. Mesmo que no estado civil ele tenha um registro, isto não o impedirá de classificar-se e de autorizar-se como masculino ou feminino. Porém, a esta fórmula, Lacan fará um acréscimo: dirá ele: *Il ne s'autorise que de lui-même, j'ajouterai ... et de quelques autres*²³.

Por esta fórmula, Lacan sugere que ao sujeito caberá sustentar um lugar, onde, ele deve posicionar-se e autorizar-se como homem ou mulher. A partir do momento que não há uma relação direta da sexualidade do sujeito com a sua biologia, o sujeito terá uma estrutura masculina ou feminina, muitas vezes à revelia do seu órgão sexual anatômico. Só a ele caberá cavar um lugar para si na sexualidade.

Porém, isso não significa que caiba somente ao sujeito o processo da sexuação. Como vimos, anteriormente, esse processo é longo e complexo. Nas primeiras fases da sexuação, o sujeito estará à mercê dos outros. É condição para que ocorra a constituição desse sujeito que ele se coloque na posição de assujeitado ao desejo desse outro, que o conduzirá ao grande Outro.

Esse outro o remeterá às representações da cultura que dizem o que é ser homem ou mulher, mas, num primeiro momento, ele não terá compromisso com essas nomeações. Entretanto, chegará o momento em que o próprio sujeito precisará se reconhecer como sexuado e assumir para si as representações do que é do masculino ou do feminino. Dirá Lacan (1974), que o sujeito terá duas possibilidades de escolha: posicionar-se do lado da estrutura masculina, ou feminina. Entretanto, somente a ele caberá esse processo de autorizar-se a ocupar esse lugar.

A partir daí, o sujeito sexuado, também não estará mais sozinho para isso. Ele precisará dos outros que o nomeiem e o reconheçam (ou não o reconheçam) naquela posição que se decidiu por ocupar. A nomeação, feita por estes alguns outros, será necessária para ratificar a posição que o sujeito se autorizou a assumir.

Assim, podemos concluir que isto significa, que na sexualidade, o sujeito precisa autorizar-se a ocupar um lugar subjetivo como aquele que possui ou não o falo, ou seja, deverá posicionar-se do lado masculino ou feminino, mas não estará sozinho para isso.

²² O ser sexuado só se autoriza de si mesmo.

²³ Ele só se autoriza de si mesmo, eu acrescentarei... e de alguns outros.

CAPÍTULO IV
OS NOMES DO PAI ERRAM

*É necessário não compreender muito rápido,
como eu muitas vezes sublinhei (Lacan,
1973, sessão de 13 de novembro)*

Na sessão de 9 de abril de 1973, do seminário *Les non-dupes errent*, Lacan afirmará que o fato de colocar-se na posição de nomeado será, no sujeito sexuado, causa de uma certa inquietação. Da mesma forma, dentro da sua Escola, em que havia se tornado regra os analistas autorizarem-se de si mesmos, entretanto, o que será motivo de angústia, para eles, é pensar que poderão ser colocados, novamente, na posição de nomeados, em função do acréscimo do *e de alguns outros*, feito por Lacan.

Dessa forma, Lacan se recordará dos comentários da juventude, onde criticara a hierarquia dos membros da IPA. Segundo ele, o nível hierárquico desta instituição era dividido em quatro escalões: as Suficiências, os Constrangimentos, os Bem-Necessários e os Bem-aventurados. Diverte-se em pensar que alguém possa ser nomeado como bem-aventurado. Porém, o momento atual não será para zombarias. Neste seminário ele mudará o tom da suas colocações e trará à cena a questão atual da institucionalização da psicanálise. Buscará utilizar seus próprios conceitos para, novamente, repensar as instituições psicanalíticas e a questão da formação dos analistas.

Segundo Roudinesco (1986), no ano de 1969, a Escola Freudiana de Paris havia mudado seus estatutos para se transformar numa associação mais moderna e especificamente psicanalítica. Seu regimento interno ratificava o procedimento do passe como meio de acesso dos analistas à condição de *Analistas da Escola* (AE). Além disso, mantivera a categoria de Analistas Práticos (AP), que dava o direito, a todos aqueles que desejassem, de participar das atividades da Escola. Essa categoria conferia, à EFP, uma posição mais democrática se comparada às outras instituições psicanalíticas.

Porém, no decorrer dos anos, o procedimento do passe começa demonstrar suas fragilidades e iniciam as primeiras crises no interior da Escola. Roudinesco (1986) dirá, ainda, que os passadores sentem um desconforto constante frente ao júri de aprovação, pois, a maioria dos passantes provém do divã de Lacan. *À medida que se desenrolam os passes anônimos em expansão, as designações se fazem com base num modelo idêntico: um júri quase mudo, sob o olhar onipresente de Lacan, que aprova com um gesto de cabeça ou uma interpretação* (Roudinesco, 1998, p. 496).

Em 1970, o primeiro relatório sobre o passe será apresentado no Congresso de Paris. Esse relatório demonstrará o mal estar criado pelo procedimento, e deixará subentendido um certo autoritarismo de Lacan. Algum tempo depois, ele será duramente criticado por alguns de seus discípulos, que afirmavam que a nova escola,

bem como seus estatutos, não funcionava segundo a radicalidade do desejo além de não propor nada de novo para a formação. Atribuem as falhas a Lacan que, a seus olhos, reinava como um ditador. Recusarão as formas burocratizadas de formação por julgarem-nas contrárias ao desejo do analista. Dessa forma, estava instalada uma grave crise no interior da Escola Freudiana de Paris.

Será na Assembléia da Escola que Lacan constatará o verdadeiro fracasso do passe. Comparando-o a um *impasse*, colocará a massificação do lacanismo como a responsável por seu fracasso. Dirá ele: *Que pode haver na cachola de alguém para que ele se autorize a ser analista? Eu quis ter depoimentos, e naturalmente não tive nenhum (...) é claro que esse passe é um completo fracasso* (Lacan in Roudinesco & Plon, 1998, p. 577).

Dessa forma, em 1973, veremos um Lacan que perceberá a necessidade de repensar, a nível teórico, a questão da formação dos analistas. Daí a frase por ele proferida por ocasião da abertura deste seminário onde admite o fracasso do passe, mas se mostra disposto a recomeçar.

4.1 Assim como o Ser Sexuado, O Psicanalista Só se Autoriza de Si mesmo

A sessão de 9 de abril de 1973, do seminário *Les non-depes errent*, será um marco histórico para a questão da formação dos analistas. Após haver exposto a teoria da sexuação e concluído pela impossibilidade da relação entre os sexos (como vimos acima), Lacan retoma a questão da formação dos analistas para afirmar que, da mesma forma que ocorre com o ser sexuado, que precisa autorizar-se de si mesmo, o analista não estará sozinho ao decidir-se a ocupar o lugar do analista.

Justificará esta sua posição - que parece contrária à proposição de 1967 - afirmando que:

Ça impliquerait quand même que cette formule que j'ai faite dans une certaine *proposition* tout à fait axiale, que cette formule reçoive les quelques compléments, les quelques compléments qu'implique que si assurément on ne peut pas être nommé à la psychanalyse, ça ne veut pas dire que n'importe qui puisse rentrer là-dedans comme un rhinocéros dans la porcelaine²⁴ (Lacan, 1973, sessão de 9 avril).

Assim, o que Lacan retoma neste momento, é a idéia central de que apesar do analista só autorizar-se de si mesmo a ocupar o lugar do analista, isso não lhe confere o direito de praticá-la da forma que bem entender. E, além do mais, não estará sozinho para esta nomeação. Dirá ele que, assim como o ser sexuado só se autoriza de si mesmo, mas precisa da nomeação e do reconhecimento de alguns outros, da mesma forma, *o psicanalista só se autoriza de si mesmo...e acrescenta: e de alguns outros.*

Segundo Roudinesco (1998), essa colocação surpreenderá a todos, pois, como Lacan o colocara anteriormente, dentro da sua escola era comum aos analistas autorizarem-se de si mesmo, sem mais necessitarem de serem nomeados.

Ainda em 1973, ano deste seminário, Lacan envia uma nota - denominada *Nota Italiana* - a três dos seus discípulos. Esta nota se mostrará esclarecedora neste sentido. Citará o princípio central da formação. *Ce principe- dirá ele- est le suivant, que j'ai dit em ces termes. L'analyste ne s'autorise que de lui-même, cela va de soi. Peu*

²⁴ Isso implicará que esta fórmula que eu fiz em uma proposição completamente axial, que esta formula receba alguns complementos, alguns complementos que implique que seguramente não se pode ser nomeado à psicanálise, isto não quer dizer que não se importe com o fato que se possa entrar lá dentro como um rinoceronte na porcelana.

*lui chaut d'une garantie que mon École lui donne*²⁵ (Lacan, 2001, p. 307). Com essas palavras, Lacan mantém a questão central da autorização dos analistas.

O analista se autoriza de si mesmo, reafirma os princípios dessa proposição: primeiro somente o analista pode autorizar-se de si mesmo; segundo, torna-se necessário romper com a prática mediante a qual algumas sociedades fazem da análise uma agregação imaginária de analistas - o que não implica que qualquer um seja analista; finalizando, afirma que a análise é necessária para produzir um analista, mas não é suficiente.

Ao completar a proposição de que o analista só se autoriza de si mesmo... e de alguns outros, Lacan redefiniu a questão da formação do analista. *De certo modo, toda a problemática inerente à formação do psicanalista se acha embutida neste enunciado e no acréscimo que lhe foi feito por Lacan. Quem são esses alguns outros? Como participam nessa autorização do analista?* (Jorge, 2006, p.10).

Com relação a essa proposição, ao analisarmos a sua estrutura lógica, perceberemos que a primeira coisa que nos fica claro é que ao utilizar a palavra alguns na expressão *e de alguns outros*, Lacan estava dando a alguns a possibilidade de autorizar o psicanalista, mas não a todos. Como ele afirmara anteriormente, não é qualquer pessoa que pode autorizar-se psicanalista, do mesmo modo, não são todos os outros que podem autorizar um psicanalista.

Quanto a esses alguns outros, no seminário *Les non-dupes errent* (1973-74) e na *Nota Italiana* (1973), Lacan não os nomeará diretamente. Lançará a interrogação sobre seu estatuto, mas, não voltará a falar sobre eles. Entretanto, fazendo um paralelo com a questão da autorização do ser sexuado, podemos trazer algumas afirmações neste sentido.

Está mantida a idéia central de que caberá ao próprio analista autorizar-se de si próprio. Porém, como ocorre com o ser sexuado, o analista precisará de um outro que sirva de suporte para a transferência e o remeta ao Outro, ou seja, que o acompanhe na travessia do fantasma. Dito de outro modo, o sujeito que deseja se posicionar no lugar do analista, precisará ocupar, num primeiro momento, o lugar do analisando e colocar alguém na posição do analista, até que se efetive a passagem subjetiva de analisante a analista, conforme descrevemos no capítulo II.

²⁵ O analista só se autoriza de si mesmo, isto é óbvio. Pouco importa a garantia que minha Escola lhe dê.

Porém, haverá o momento em que esse sujeito deverá destituir o analista do lugar de suposto saber e autorizar-se de si mesmo a ocupar o lugar do analista. Essa autorização só caberá ao próprio sujeito, assim, ele só se autoriza de si mesmo. Entretanto, a partir deste momento, esse sujeito precisará de alguns outros que o nomeiem e o reconheçam.

Assim, temos as instituições psicanalíticas, ou seja, a nomeação e o reconhecimento institucional que colocarão o sujeito, simbolicamente, no lugar do analista. Porém, caso o sujeito não tenha passado pelo dispositivo analítico e feito sua passagem de psicanalisante a psicanalista, de nada adiantará essa nomeação. Da mesma forma, não são as regras burocratizadas e rígidas que darão essa garantia a um sujeito que queira ocupar o lugar do analista.

Faremos ainda algumas considerações acerca das instituições universitárias, visto que, na época atual, elas são importantes meios de transmissão da teoria psicanalítica.

Parece ser consenso entre os psicanalistas que o grande “laboratório” da psicanálise não é a universidade e sim a prática clínica que se funda pela transferência. De fato, foi a partir da experiência clínica de Freud que foram surgindo os principais conceitos e a estrutura teórica da psicanálise.

Entretanto, se a verdadeira pesquisa em psicanálise se dá na clínica, isso não tira do construto teórico o seu devido valor. Sabemos que a formação do psicanalista não se efetiva unicamente pela transmissão da teoria, mas ela é um dos pilares que a sustenta. Daí a importância de tomarmos o discurso psicanalítico como objeto de pesquisa e a importância da transmissão teórica que se dará na universidade. Assim, a nosso ver, a universidade será um desses outros que participarão no reconhecimento social dos analistas.

Percorrendo a obra psicanalítica dos pós-lacanianos, no que diz respeito, ao estatuto desses outros, percebemos que não há consenso entre eles sobre o assunto. Muitos autores tem buscado teorizar possíveis soluções para os enigmas deixados por Lacan.

Para Jorge (2006), essas palavras e de alguns outros, que foram acrescentadas, buscaram introduzir, à proposição de que o analista só se autoriza de si mesmo, os aspectos da formação que se situam para além do âmbito da própria análise do sujeito que deseja ocupar o lugar do analista. Ela vai além do autorizar-se de si mesmo, pois,

para ele, o enunciado *e de alguns outros*, se referem ao ensino teórico e à supervisão clínica.

De fato, o ensino teórico é um aspecto indispensável à formação de um analista. Para o autor, trata-se de realizar uma travessia da teoria que, ao contrário da travessia do fastasma, que tem seu fim no término da análise, será interminável. Da mesma forma, a invenção dos cartéis representam uma inovação que buscam incentivar o trabalho de elaboração teórica e otimizar as trocas entre os analistas, formando um verdadeiro laço entre eles.

Quanto à supervisão, Jorge (2006) afirma que a contribuição de Lacan foi de ter tirado o poder das instituições de torná-la obrigatória para a formação dos analistas. Segundo ele, ao tornar a supervisão uma prática obrigatória, os institutos de formação impediam que o sujeito escolhesse o momento em que iria submeter-se à essa experiência. Na sua Escola, Lacan incluirá a supervisão no tempo lógico de cada sujeito e não mais como um controle institucional que lhe retirava a força que lhe é inerente.

Já para Didier-Weill (2006), a teorização de Lacan acerca da questão da formação dos analistas, toma um novo impulso no momento em que Lacan consegue passar de uma descontinuidade entre o íntimo que representa *o autorizar-se de si mesmo* e o coletivo das instituições. Ao acrescentar *e de alguns outros*, ele estaria introduzindo uma noção de continuidade entre o íntimo e o coletivo. O que garantiria essa continuidade seria o dispositivo do passe.

Safouan, nos livros: *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas* (1985) e *A transferência e o desejo do analista* (1991), procura fazer uma análise detalhada da questão da formação em Lacan. Em ambos, Safouan faz alusão à proposição lacaniana de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*, porém, não fará menção ao seu acréscimo das palavras: *e de alguns outros*.

Não está descartada a hipótese de que nesta proposição, Lacan está se referindo à transmissão teórica, ou a supervisão clínica. Tampouco pode-se afirmar que não se trata da questão do passe. Não poderíamos assegurar, com certeza, que ela fora trazida por Lacan para tentar justificar a existência das instituições e recuperar o seu poder, que como vimos, estava abalado dentro da instituição. Também, não podem ser criticadas as posições de vários autores como de Safouan que trabalha a questão do *psicanalista só se autoriza de si mesmo*, sem fazer menção ao *e de alguns outros*. Porém, o que nos parece é que muitos desses autores não levaram em conta a instância do real, tampouco citam

as fórmulas da sexuação para chegarem às suas conclusões, sendo que muitos deles desenvolvem suas teorizações somente a partir do Simbólico e do Imaginário.

Quanto a isso, na sessão de abertura do seminário *Les non dupes errent*, dirá Lacan que não faz objeção ao Imaginário, ou ao que se imagina. Somos nós que nos imaginamos compreender, ou seja, nós imaginamos que compreendemos. Porém, alertará ele: *il ne faut pas comprendre trop vite, comme je l'ai souvent souligné*²⁶ (sessão de 13 de novembro). O que Lacan nos quer fazer compreender, é que não faz objeção a que se imagine, mas, devemos tomar cuidado com o compreender, para não se compreender e concluir muito rápido.

²⁶ É necessário não compreender muito rápido com eu acentuei.

4.2 Os Erros dos Nomes do Pai na Institucionalização da Formação dos Psicanalistas

Ainda no seminário 21, *Les non-dupes errent*, Lacan apontará os erros dos nomes dos pais (*nomes dos pais erram*). Avaliará os sistemas filosóficos e científicos de Aristóteles à Descartes, pontuando os erros por eles cometidos por não terem levado em conta a instância do Real. E, retomando a questão do erro de Freud, Lacan afirmará que seu erro foi de — ao tocar o Real (núcleo do inconsciente) — ter imaginado que a racionalidade científica, poderia dar conta de todos os fatos- de todos os fatos que faziam buraco no seu sistema.

Dando continuidade ao seu comentário, nesta mesma sessão, Lacan apontará um outro erro de Freud, que diz respeito à maneira como as instituições psicanalíticas foram por ele constituídas. Segundo ele, a estrutura dessas instituições, foram criadas à semelhança das religiões e dos exércitos. Lembrará que esse fora o assunto por ele iniciado, no seminário *Les noms du père* (1963), e interrompido por ocasião da sua excomunhão da SFP.

Uma única sessão do seminário *Les noms du père* se dará no dia 20 de novembro- um dia antes do seu banimento da SFP. Segundo Roudinesco (1998), essa sessão será considerada um ponto pivô na obra de Lacan, pois esse seminário, interrompido nesta data, dará lugar ao seminário 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, onde Lacan repensará a questão da constituição do sujeito e da institucionalização da psicanálise.

Nele, dirá Lacan, que os problemas que a psicanálise enfrenta, depois da morte de Freud, estão relacionados ao fato de que os pós-freudianos não ousaram ir além do pai. Dirá ele:

Il est clair que si Freud, au centre de sa doctrine, met le mythe du père, c'est en raison de l'inévitabilité de cette question. Il n'est pas moins clair que, si toute la théorie et la praxis de la psychanalyse nous apparaissent aujourd'hui comme en panne, c'est pour n'avoir pas osé sur cette question, aller plus loin que Freud²⁷ (Lacan, 1963, sessão de 20 de novembro).

²⁷ Está claro que se Freud, no centro da sua doutrina, põe o mito do pai, é em razão da inevitabilidade desta questão. Não está menos claro que se toda a teoria e a praxis da psicanálise nos aparece hoje como em pane, é por não se ter ousado, sobre essa questão, ir além de Freud.

Por isso, dez anos após a abertura deste seminário, ao retomar a questão da formação do psicanalista, Lacan buscará ir além de Freud. Partirá de uma lógica rigorosa, a lógica do Real, que diz respeito ao terceiro tempo da sua produção teórica. Como vimos anteriormente, usará os nós e a lógica para tentar dar conta de um modelo de formação que estivesse comprometido com a radicalidade do inconsciente e do desejo. Acreditava que a resolução dos problemas que envolviam a institucionalização da formação dos analistas, poderia ser encontrado na lógica matemática.

Ao analisarmos alguns autores que tratam da formação dos analistas, percebemos que muitos deles cometem os mesmos erros apontados por Lacan neste seminário, onde realizam suas teorizações da formação do psicanalista, a partir do Simbólico ou do Imaginário. Assim, poderíamos levantar alguns erros que essa tomada de posição poderá nos conduzir:

Primeiramente, vemos que alguns psicanalistas como Safouan, por exemplo, trabalham a questão da formação dos analistas, em torno da proposição de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*. Certamente esses autores não estão errados ao agir dessa maneira, pois, uma das proposições que Lacan sustenta até o fim do seu ensino é que caberá ao analista sustentar o lugar, que tem a ver com o desejo do analista. Entretanto, como percebemos na terceira fase da teorização de Lacan, ele sente a necessidade de rever essa posição e acrescenta no seminário *Les non-dupes errent*, as palavras *e de alguns outros*. Completa, assim, a proposição afirmando que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo...e de alguns outros*. Assim, ao negligenciarmos esse acréscimo trazido por Lacan, cremos que estaremos realizando uma análise parcial da questão da formação dos analistas.

Segundo, alguns deles (Jorge e Weill, por exemplo) continuam por afirmar que o dispositivo do passe seria um desses outros que participam na autorização dos analistas. Cremos que essa afirmação não possui sustentação teórica, pois, desde o momento que institui o passe, o que Lacan nos deixa claro é que seu objetivo era de colocar esse mecanismo a serviço da instituição, a fim de que acolhece o testemunho da passagem de psicanalisante a psicanalista. Dessa forma, não haveria impedimento algum àqueles que não se submeteram ao passe de conduzir as análises – desde que tivessem passado por sua própria análise. Além disso, como citamos acima, foi frente ao fracasso do passe que Lacan se põe a teorizar - a partir da lógica e do real - uma nova proposição para a formação dos analistas.

Terceiro, outros analistas, ao questionarem-se sobre o estatuto desses outros, colocam nas incognitas trazidas por Lacan para a autorização dos analistas, a transmissão teórica e a supervisão clínica. Certamente, esses são dois aspectos fundamentais para a formação dos analistas, entretanto, tanto Freud quanto o próprio Lacan, apesar de considerá-las fundamentais, colocam-nas em segundo plano frente à própria análise.

Podemos ainda nos questionar aqui, se Lacan não estaria buscando devolver às instituições o poder que lhes fora questionado, ao anunciar que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo?* De fato, como vimos, a instituição possui um papel importante frente à nomeação dos analistas, porém, como Lacan afirma acima, se o analista não realizou a passagem de analisante à analista, de nada adiantará a garantia que a escola lhe dê.

Se tomarmos o seminário *Les non-dupes errent* e a *Nota Italiana*, percebemos que Lacan será categórico ao afirmar que nesta nova proposição é preciso levar em conta o Real. Segundo ele, estava abrindo um caminho que havia esperado para abri-lo, para tanto é preciso levar em conta o Real. Ou seja, *aquilo que se destaca da nossa experiência do real* (Lacan, 2003, p. 312). E concluirá afirmando que: *O saber em jogo, emiti seu princípio como que do ponto ideal que tudo permite supor quando se tem o sentido da épura²⁸: trata-se de que não existe relação sexual, relação aqui que possa pôr-se em escrita* (Lacan, 2003, p. 314).

Retomando as palavras de Lacan, citadas acima, podemos nos questionar se os pós-lacanianos não estariam hesitantes em tentar ultrapassar o próprio Lacan. Assim, do que se deve estar precavido é de evitar analisar a questão da formação dos analistas a partir simplesmente da instância do Simbólico e do Imaginário. Neste processo, há de se levar em conta o Real.

Porém, Souza e Jerusalinski (1985) questionam-se como é possível pensar a instituição e a formação dos analistas, por esse viés, se a psicanálise se sustenta desse Real que se impõe como um furo, um furo na linguagem e uma impossibilidade de simbolização? Não estaria aí colocado, um paradoxo intransponível da institucionalização da psicanálise e da formação dos analistas?

²⁸ Segundo a definição da *wikipédia*, *Épura* é uma técnica de representação geométrica bidimensional para formas tridimensionais. A épura é muito usada em geometria descritiva e desenhos técnicos para representar com precisão o volume dos sólidos.

Certamente, podemos afirmar que se Lacan foi aquele que conceitualizou o Real — a partir do inconsciente freudiano — nem por isso deixou de sofrer os seus efeitos. Assim, Lacan se coloca como um dos *non-dupes que errent*, ou seja, possuidor de um desejo que viaja em busca de uma possível solução para a institucionalização da psicanálise e da formação dos analistas. Porém, não seria ele um dos *noms du père errents*? Ou um nome do pai que errou ao conceitualizar as suas instituições, sem se dar conta de que o destino normal delas é o fracasso ou a sua destruição?

Segundo Leite e Cesarotto (1985), a história do movimento psicanalítico demonstra que seu impulso como ciência do Real, parece incompatível com a adesão incondicional ao discurso do mestre. O mesmo paradoxo se encontra em relação à lealdade sem questionamento a uma instituição.

Afirmam, ainda, que os mecanismos libidinais que permitem a coesão dos grupos, e a sua união, decorrem da alienação do ego através de idealização de um mestre.

Ora, uma análise que alcança bom resultado dissolve essas ligações transferênciais, por serem – em essência – imaginárias. Como se supõe que todo analista seja adequadamente analisado, encontramos, na necessidade dos analistas se encontrarem em grupos, uma contradição insolúvel (Leite e Cesarotto, 1985, p. 45).

O que vemos na história institucional, de Lacan, é uma série de cisões, fundações, disenções, fracassos e recomeços. Não estaria aí, questionam Leite e Cesarotto (1985), o mistério da repetição trazido por Freud? Dito de outro modo, não está aí um exemplo do que Lacan se refere ao Real- como uma instância indomável?

Podemos questionar-nos se, assim como no núcleo do Real está a impossibilidade da relação entre os sexos, se no núcleo da institucionalização da psicanálise não estaria esse Real, que escapa a simbolização e que retorna sempre o mesmo, na forma de fracassos? Cremos que aí esteja um dos grandes paradoxos que envolvem a questão da institucionalização da psicanálise.

Sobre os paradoxos, Safouan (1988) falará da posição de Lacan diante do clássico paradoxo de Epimênides: *dizes a verdade quando dizes que mentes*²⁹. Lacan não tentará solucioná-lo de maneira formal, pois assinala que o paradoxo só existe em relação a uma lógica “formal demais”. O argumento utilizado por ele é que a lógica formal não leva em conta a divisão do sujeito entre o processo do enunciado e da enunciação, o que limita o seu interesse a uma verdade única.

Safouan (1988) adverte que é preciso questionar essa posição de Lacan diante dos paradoxos. A proposta de Lacan é justa do ponto de vista psicanalítico, porém, *até a invenção de uma lógica que separe o processo de enunciação do processo de enunciado, a lógica é formal ou não é* (Safouan, 1988, p.200). Ou seja, se o paradoxo não se sustenta senão pela sua lógica formal, ele deve ser analisado cuidadosamente para que seja decifrada qual é a outra lógica que está subjacente aos seus enunciados.

Feitas essas considerações, numa pesquisa futura, o que buscaremos trabalhar são esses paradoxos que encontramos na questão da formação dos analistas, bem como, a lógica que lhe dá sustentação.

²⁹ Esse paradoxo tem o seguinte sentido: “se minto, não minto dizendo que minto; e, se ao dizê-lo não minto, minto, pois me coloco como mentiroso ou digo o contrário” (SAFOUAN, 1988, p.199)

RESTO A CONCLUIR

Em 2007, ao ingressarmos no programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina — no Núcleo de Estudos em Psicanálise, apresentamos como tema de pesquisa algo que, no momento, nos suscitava inúmeras dúvidas e interrogações: a questão da formação do psicanalista em Freud e Lacan.

Por ser um tema muito amplo, não tínhamos idéia de por onde deveríamos abordá-lo e, tampouco, por quais caminhos ele poderia conduzir-nos. Na época, a questão principal que se apresentava era a de quem poderia garantir a formação de um analista?

Porém, logo nos demos conta que ninguém pode dar garantias da formação do psicanalista (nem de quem quer que seja). Diante das críticas de seus opositores, que afirmavam que não garantiriam a formação daqueles que não se submetessem às duras regras da formação regidas pela IPA, Lacan teria afirmado: *não garantimos ninguém*. Assim, percebemos que a questão estava em outro lugar.

Buscando contextualizar melhor a questão, realizamos uma pesquisa histórica acerca da institucionalização da formação dos analistas. Percorremos essa questão desde os primórdios da formação, que era garantida por Freud, até a fundação da primeira Instituição Internacional em 1910: a International Psychoanalytical Association —IPA. Na história da psicanálise, esta instituição ocupará um lugar central. Pautando-se no tripé clássico da formação do psicanalista: *análise pessoal, ensino teórico e supervisão clínica*, ela reinará absoluta desde o momento da sua fundação até a década de 60.

Após a realização deste percurso histórico, além das orientações que tivemos na universidade, percebemos que a problemática da formação dos analistas, estava na seguinte questão: quem pode autorizar o psicanalista?

Percorrendo a obra de Lacan, obtivemos como primeira resposta: a fórmula trazida por ele na *proposição de 9 de outubro 1967 sobre o psicanalista da escola*, por ocasião da fundação da Escola Freudiana de Paris. Diante da questão de quem autoriza um psicanalista dirá Lacan: *Le psychanalyste ne se autorise que de lui meme*. (O analista só se autoriza de si mesmo).

Numa primeira análise desta proposição, parecia-nos que ela se referia a uma simples recusa de Lacan ao poder das instituições psicanalíticas. Onde, através dessa máxima, os seus discípulos poderiam autorizar-se a exercer a psicanálise sem a necessidade da autorização das instituições.

Porém, buscamos abordar essa proposição com prudência, onde a trouxemos à luz a fim de poder melhor examiná-la. Queríamos evitar o risco de considerá-la, fruto de uma simples recusa de Lacan ao poder institucional ou, por outro lado, um novo dogma da formação do psicanalista.

Assim, no segundo capítulo, partimos da questão do desejo do sujeito até o desejo do analista e percebemos que o seminário de 1964: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* foi uma espécie de divisor teórico para Lacan. Neste seminário ele pensara o sujeito de acordo com radicalidade do inconsciente e do desejo. Nas operações da alienação e da separação, duas operações lógicas da constituição do sujeito, chegamos à questão do *objeto a*, uma das mais importantes teorizações de Lacan, onde, afirma que o que o sujeito deseja não é um objeto para seu desejo, mas ser desejado pelo outro.

Percebemos que, a partir dessa conceituação, Lacan teve os meios para repensar a questão da transferência, o lugar que o analista deve ocupar na análise – lugar de Sujeito Suposto Saber (SsS), mas, que só poderá ser ocupado por aquele que passou pela experiência da sua própria análise. Essa experiência deverá dar ao analista a possibilidade de suportar o lugar daquele que não poderá oferecer a verdade diante da demanda do analisante. Não poderá por que não a tem, as verdades são sempre semi-verdades, dirá Lacan neste seminário de 1964.

No segundo capítulo, examinamos, também, o mecanismo do passe. Não nos aprofundamos nesta questão, pois, não era nosso objetivo neste trabalho. Percebemos que esse mecanismo institucional, tinha o objetivo de acolher o testemunho daqueles que haviam passado pela sua análise e viam-na como uma espécie de passagem simbólica de analisando para analista.

Entretanto, o Lacan que encontramos na década de 1970, será um Lacan que - segundo Miller (1997) - em nada se assemelha àquele que iniciara a modalidade dos seminários no ano de 1953. Nesta época ele já havia passado por cisões, “excomunhão”, fundações e dissoluções das suas escolas. Roudinesco (1986), o

descreve como um teórico incansável que fará da instância do Real o centro da sua tópica e da sua teoria. Assim, no terceiro capítulo, buscamos compreender o pensamento deste Lacan geômetra .

Vimos que, às voltas com seus nós e invenções geométricas, Lacan será um homem fascinado pela lógica. Verá nela um acesso ao Real que lhe possibilitaria escapar das armadilhas do imaginário. Para ele, esta seria a maneira de se aproximar dessa instância que Freud descobrira no núcleo do inconsciente. Além disso, vê na instância do Real a possibilidade de retomar a questão da autorização dos analistas. Em nível institucional, ele teorizará um possível caminho para resolver os impasses da formação que insistiam em retornar na sua escola. Dessa forma, abrirá seu seminário de número 21: *Les non-dupes errent (1973-1974)* disposto a um recomeço

Neste seminário, jogará com as palavras e afirmará que os não tolos erram, viajam, mas que os nomes dos pais também erram- *Les noms du père errent*. Como vimos, comenta os erros dos filósofos e cientistas, por não terem levado em conta a instância do real. Mas, também, o erro de Freud ao pensar que a racionalidade poderia dar conta dos furos que apareciam no seu sistema de pensamento. Além disso, afirma Lacan, que o erro de Freud foi de ter criado as instituições à semelhança das igrejas e dos exércitos.

Porém, o essencial deste seminário, foi sua retomada da sexuação, colocando-a nas *fórmulas*. Lançará como núcleo do Real, a fórmula da impossibilidade da relação sexual e, inovará ao afirmar que *o ser sexuado só se autoriza de si mesmo* a ocupar o lugar de homem ou mulher, porém, não estará sozinho para isso. Complementará a fórmula afirmando: *o ser sexuado só se autoriza de si mesmo... e de alguns outros*.

Retomará a questão da formação dos psicanalistas e afirmará que, assim como ocorre como ser sexuado, *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*, mas, não estará sozinho nesta autorização. Acrescentará então: *O psicanalista só se autoriza de si mesmo... e de alguns outros*. Não falará sobre o estatuto desses outros, mas afirmará que o que ele transmitira estava bem guardado nas fórmulas da geometria.

Na busca por respostas acerca do estatuto desses *alguns outros*, que são responsáveis pela formação do analista, percorremos a obra de vários psicanalistas que trabalham a questão da formação dos analistas. Percebemos, então, que não há

consenso quanto ao sentido do acréscimo feito por Lacan do *e de alguns outros*. Para alguns Lacan estaria se referindo às instituições ou ao mecanismo do passe, e para outros, seria a transmissão teórica ou a supervisão clínica.

Fazendo um paralelo entre a máxima da sexuação – *de que o ser sexuado só se autoriza de si mesmo* — e a formação dos psicanalistas, concluímos que alguns outros podem autorizar e nomear os psicanalistas; as instituições psicanalíticas que desempenham um papel simbólico na autorização dos novos analistas (como um rito de passagem), e as universidades, que na atualidade, ocupam um lugar importante na transmissão da teoria psicanalítica. Entretanto, o que ainda permanece central na formação dos analistas, é a questão de que o analista deve submeter-se à sua própria análise e, ao seu término, autorizar-se a ocupar o lugar que cabe ao desejo do analista, ou do objeto *a*.

Num texto contemporâneo ao seminário *Les-non-dupes errent (1973-74)*, chamado de *Nota Italiana (1973)*, encontramos algo que nos pareceu elucidativo para esta questão. Nesta nota, Lacan reassume o seu compromisso com a *proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*, e afirma novamente que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo... e de alguns outros*. Mas, surpreenderá ao afirmar que nesta nova proposição o que está em jogo é a presença do Real. Segundo ele não a havia proposto anteriormente, pois, estava abrindo um caminho que havia esperado para abri-lo, porém, precisava de mais construtos teóricos para explicá-las. Afirmará que *esse saber que está em jogo, tudo permite supor quando se tem o sentido da épura e do que se trata é de que não existe relação sexual, relação aqui que possa pôr-se em escrita* (Lacan, 2003, p. 314).

O que essa colocação de Lacan nos deixa claro é que este saber, sobre o estatuto desses alguns outros, ainda não está pronto e deverá ser articulado, e que as suas formulas são encontradas na lógica. Assim, acreditamos que, se Lacan deixa aberta essa questão é por não tê-la formulado suficientemente, naquele momento. Mas, ele nos dá as pistas para continuarmos seu trabalho, pois, acreditava que tudo se pode supor a partir do sentido da épura.

Dessa forma, a reformulação empreendida por Lacan, não visava simplesmente devolver o poder às instituições de autorizar os analistas. O saber sobre o estatuto desses outros poderá trazer inúmeras questões que ainda estão abertas na

formação dos analistas. A indicação para essas respostas, cremos que a encontraremos na lógica matemática e no Real. Para isso, torna-se necessário um aprofundamento teórico da terceira fase do ensino de Lacan.

Não poderíamos descartar, precocemente, que na sua proposição Lacan se referia às instituições, ou a uma reformulação do passe, quando ele se refere a esses outros como responsáveis por autorizar um psicanalista, porém, cremos que se faz necessário um questionamento mais profundo dos paradoxos que envolvem a questão da formação, para não correremos o risco de ficarmos simplesmente no nível das suposições.

Entretanto, o que percebemos é que há um paradoxo que nos parece insolúvel para a institucionalização da psicanálise: como pensar a institucionalização e a formação dos psicanalistas, a partir do Real, se esse Real se impõe como uma impossibilidade de simbolização? Assim, se no núcleo do Real está a impossibilidade da relação entre os sexos, não estaria no núcleo da institucionalização da psicanálise, sua impossibilidade ou o germe da sua própria destruição?

Além do mais, não seria Lacan, assim como Freud, um dos pais que erraram ao acreditar que a racionalidade científica, a teoria dos nós, matemas, a *épura* e as fórmulas da sexualização, poderiam dar conta dos problemas institucionais que insistiam em fazer seu retorno?

Então, a questão que buscaremos desenvolver, num futuro doutorado, será a de que há uma lógica subjacente ao paradoxo trazido por Lacan, na formação dos analistas. Com o acréscimo do *e de alguns outros*, na proposição de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*, Lacan não visava apenas justificar teoricamente a necessidade da existência das instituições, mas de criar uma nova lógica para a formação dos analistas, lógica essa, baseada na *épura* e no Real.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALINT, Michael (1948). “*On the psychoanalytical training system*”, International Journal of Psychoanalysis, vol. XXIV.

CORIDIAN, Roseline (1991). *Entre le travail et la tâche*. In La passe: fait ou fiction? Paris. Revue de psychanalyse: École de la cause freudienne, pp. 49-56.

COTTET, Serge (1989). *Freud e o desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 190 p.

CHEMAMA, Roland (1995). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 240 p.

DOR, Joel (1991). *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 188 p.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda (1986). *Novo Dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro ed., 1838 p.

FINK, Bruce (1998). *O Sujeito Lacaniano – entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 244 p.

FRANÇA, Maria Inês (1996). *Ética, psicanálise e sua transmissão*. Petrópolis, RJ: Vozes ed., 238 p.

FREUD, Sigmund (1996[1893-1895]). *Estudos sobre a histeria*. V. II. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 318 p.

FREUD, Sigmund (1996[1910]). *Psicanálise Silvestre*. V. XI. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. pp. 207-213.

FREUD, Sigmund (1996[1914]). *A História do movimento Psicanalítico*. V. XIV. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. pp. 16-82.

GAY, Peter (1923). *Uma Vida Para Nosso Tempo*. 6ª edição. São Paulo: Companhia Das Letras ed., 697 p.

GARCIA ROZA, Luiz Alfredo (1994). *Pesquisa do tipo teórica*. In Atas do 1º Encontro de Pesquisa Acadêmica em psicanálise. PUC. São Paulo, pp. 9-32.

JONES, Ernest (1989). *A Vida e a obra de Sigmund Freud: Os anos de formação e as grandes descobertas*. Rio de Janeiro: Imago ed. 430 p.

JORGE, Marco Antonio Coutinho (2006). *Lacan e a formação do psicanalista*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 290 p.

LACAN, Jacques (2000 [1953-1954]). *O Seminário, livro 1. Os escritos técnicos de Freud*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 335p.

LACAN, Jacques (1995 [1956-1957]). *O seminário, livro 4. A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 450 p.

LACAN, Jacques (1995 [1959-1960]). *O Seminário, livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 395 p.

LACAN, Jacques (1992 [1960-1961]). *O Seminário, livro 8. A transferência*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 383 p.

LACAN, Jacques (2005 [1962-1963]). *O Seminário, livro 10. A Angústia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 366 p.

LACAN, Jacques (1995 [1964]). *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 266 p.

LACAN, Jacques (1966-1967). *O Seminário, livro 14. La logique du fantasme*. Inédito.

LACAN, Jacques (1992 [1969-1970]). *O seminário, livro 17. O Averso da psicanálise*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 202 p.

LACAN, Jacques (1973-1974). *O seminário, livro 21. Les non-dupes errent*. Inédito

LACAN, Jacques (2007 [1975-1976]). *O Seminário, livro 23: O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 202 p.

LACAN, Jacques (1975 [1973]). *Lettres de l'École freudienne*, n° 15, Paris. École de la cause freudienne, pp. 185-93.

LACAN, Jacques (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 937 p.

LACAN, Jacques (2003). *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 607 p.

LEITE, Marcio Peter de Souza & CESAROTTO, Oscar (1985). *Jacques Lacan*. São Paulo. Brasiliense Editora, 94 p.

MELMAN, Charles (1985). *Novos estudos sobre a histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 137 p.

MELMAN, Charles (1994). *Novos estudos sobre o inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 134 p.

MEZAN, Renato (1998). *Escrever a Clínica*. São Paulo: Casa do psicólogo, 464 p.

MEZAN, Renato (2002). *Interfaces da Psicanálise*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 586 p.

MILLER, Jacques-Alain (1997). "Contexto e conceitos", in FELDSTEIN, Ricchard [et al.] *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 15-28.

MILLER, Jacques-Alain (1997). *Lacan Elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 604 p.

MILLER, Jacques-Alain (1998). *Las formaciones del inconsciente*. Escuela del Campo Freudiano de Barcelona . Barcelona: Repto Disseny S.A ed., 132 p.

MILLER, Jacques-Alain (1999). *La transferencia negativa*. Escuela del Campo Freudiano de Barcelona . Barcelona: Repto Disseny S.A ed., 82 p.

MILLOT, Catherine (1976). Sobre a história da formação dos analistas. In: Jorge M.A.C. (org) *Lacan e a formação do psicanalista*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp. 29-42.

MORIN, Isabelle (1991). *Le désir du psychanalyste dans la passe*. In *La passe: fait ou fiction?* Paris. Revue de psychanalyse: École de la cause freudienne, pp. 60-68.

ROUDINESCO, Elisabeth (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 548 p.

ROUDINESCO, Elisabeth (1986). *História da psicanálise na França. A batalha dos cem anos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 834 p.

ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 863 p.

ROUDINESCO, Elisabeth (2005). *O Paciente, o terapeuta e o estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 148 p.

SAFOUAN, Moustapha (1985). *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas*. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 71 p.

SAFOUAN, Moustapha (1988). *A Transferência e o desejo do analista*. São Paulo: Papyrus ed., 248 p.

SAFOUAN, Moustapha (1989). *Seminário: angústia, sintoma, inibição*. 2ª edição. São Paulo: Papyrus ed., 127 p.

SCOTTI, Sérgio (1998). *O desejo de, ou do analista?* Atas da 8ª jornada de cartéis em psicanálise. Traço Freudiano (atual escola Brasileira de Psicanálise), seção Florianópolis.

SOUZA, Aldúcio M. de (1988). *Transferência e interpretação: ensaio clínico lacaniano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 145 p.

SMIRNOFF, Victor (1992). “Análise e Supervisão”, in STEIN, Conrad [et al.] *A Supervisão na Psicanálise*. São Paulo: Escuta ed., pp. 101-114.

TRILLING, Lionel & MARCUS, Steven (1979). *Vida e Obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 779 p.

ZBRUN, Mirta Ana (1999). *Lacan e o campo do gozo*. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda., 143 p.